



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 115

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 29 de outubro de 2015

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.*

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, a Sra. Presidente deu início à reunião, entrando diretamente na Agenda.

Assim, foram debatidos os seguintes pontos:

- Continuação do debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/X – “Altera o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensino Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”](#).

Participaram no debate a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Após a aprovação do diploma, proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), as Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*), Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

- [Projeto de Resolução n.º 114/X – “Inventariação e proteção das relheiras dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Apresentada a iniciativa pela Sra. Deputada Ana Espínola, intervieram no debate o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), as Sras. Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

O diploma supra mencionado foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/X – “Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores”](#).

A apresentação do diploma esteve a cargo do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*), tendo, de seguida, participado no debate o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Marinho (*PSD*) e Miguel Costa (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Submetida à votação, a proposta de DLR foi aprovada.

Ainda no âmbito desta iniciativa, proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Graça Silveira (*CDS-PP*), assim como os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.*

**Presidente:** Vamos começar pela chamada. Sr. Secretário, tem a palavra.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Nuno Miguel Aguiar de Meneses**

**Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Cláudio Borges Almeida**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**José Maria de Medeiros Andrade**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Maria Judite Gomes Parreira**

**Paulo Henrique Parece Batista**

**Paulo Jorge Silva Ribeiro**

**Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro**

**Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Ana Carina Alberto Espínola**

**Artur Manuel Leal de Lima**

Maria da **Graça Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal da Conceição Pires**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme foi deliberado, ontem, na Conferência de Líderes, nós vamos entrar na Agenda, esta manhã, e vamos continuar no ponto em que concluímos, ontem, ao final do dia, com a continuação da votação da proposta de DLR referente à alteração do Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores.

Concluímos a votação do artigo 1.º e vamos votar o artigo 2.º.

*(Pausa)*

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Vamos repetir a votação. Peço o favor de se sentarem novamente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se se puder sentar, vamos repetir a votação.

*(Pausa)*

Portanto, estamos a votar o artigo 2.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 1 do PCP; 17 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; e 1 do PPM.

**Presidente:** Coloco, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 3.º.

*(Pausa)*

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos do PS; 1 a favor do BE; 1 do PCP; 16 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PPM.

**Presidente:** Coloco agora à votação, então, o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 16 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração...

Sra. Deputada, tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Peço desculpa, mas não tenho ideia de termos votado a proposta de alteração do PCP ao diploma original.

Não, não! Desculpe! Era do Bloco. Peço desculpa!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Um cafezinho!

**Presidente:** Vamos, então, continuar com as votações.

Está agora à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados...

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este artigo 4.º é, de facto, um dos artigos desta proposta de DLR que o Governo trouxe à consideração da nossa Casa da Autonomia que maior complexidade e maiores implicações traz para a vida dos professores nos Açores, porque, efetivamente, um Governo suportado por um partido que, insistentemente, denuncia as normas de austeridade que foram impostas no país sem que esteja sujeito às mesmas condições e obrigações internacionais do nosso país, no fundo, lança sobre os professores dos Açores um conjunto de aspetos negativos irreparáveis,...

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar. Agradeço que...

**O Orador:** ... que é exatamente a não contabilização do tempo de serviço na nova carreira que agora aqui nos é trazida, e fá-lo, não por razões de direito, não por razões de justiça, como já foi aqui reconhecido, mas por razões economicistas, e, nestes termos, é preciso que os professores dos Açores e todos os açorianos saibam que o Governo regional tira aos professores dos Açores,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... vai tirar aos professores dos Açores, quando os descongelamentos forem suspensos, 8 milhões de euros por ano. No dizer de alguns partidos da esquerda, seria caso para se afirmar que o Governo Regional rouba 8 milhões de euros aos professores.

**Deputado André Bradford (PS):** Oh, senhor! O senhor não dormiu? Dormiu mal!

**Deputado Miguel Costa (PS):** Começou logo de manhã!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para este debate.

Vamos, então, continuar com as votações.

Está à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração do PSD a este mesmo artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 4.º da proposta.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Os restantes artigos do diploma não sofreram quaisquer propostas de alteração. Pergunto se os posso colocar à votação em conjunto.

A Sra. Deputada Zuraída Soares, quais são os artigos que quer separado?

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** O 9.º e o artigo 11.º à parte.

**Presidente:** O 9.º e o 11.º. E o PSD, Sr. Deputado Joaquim Machado?

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Do 5.º ao 9.º, inclusive, Sra. Presidente.

**Presidente:** Ah! Então, é melhor...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** O 9.º tem alterações, Sra. Presidente!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Pois, exatamente!

**Presidente:** O 9.º tem alterações.

Mas, de qualquer forma, do 5.º ao 9.º, não faz aqui diferença do trabalho, portanto, é preferível votá-los separadamente, até para não haver depois repetições desnecessárias.

Vamos, então, votar o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 17 abstenções do PSD; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 17 abstenções do PSD; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 1 do BE; 1 do PCP; 17 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PPM.

**Presidente:** Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 1 do BE; 1 do PCP; 17 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração do PS ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 17 abstenções do PSD; 1 do BE; 1 do PPM.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 9.º com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

*(Corte na gravação)*

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 16 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora á votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** Votação final global. A proposta de DLR foi aprovada com 30 votos a favor...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! A Sra. Secretária está a fazer o anúncio da votação, agradeço algum silêncio.

**Secretária:** Votação final global. A proposta de DLR foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 17 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de 5 minutos, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A nova estrutura da carreira docente, nos Açores, tem algumas virtudes, mas mantém o pior do anterior estatuto e não lhe acrescentou grandes novidades, menos ainda virtudes.

O Governo Regional demorou 6 anos a aplicar, nos Açores, uma carreira com a mesma estrutura da remuneração que vigora no resto do país. Fá-lo agora, seis anos depois, com razões economicistas e não por princípios de justiça e de direito.

Com este estatuto, o Governo Regional diz que poupa, por ano, 8 milhões de euros, exatamente o dinheiro que tira do bolso dos professores. Isso não é uma bondade, é necessariamente uma maldade. Chega ao ponto de impor mais horas de trabalho pelo mesmo vencimento.

Nas matérias em que impõe restrições aos professores, abraça a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas; quando esta Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas é mais favorável aos funcionários públicos, impõe regras regionais

muito mais restritivas. Isso não é fazer bom uso das prerrogativas autonómicas; é uma forma prepotente e sectária de fazer política.

E se mais provas necessitássemos, está a circunstância de a oposição ter apresentado 62 propostas e o Partido Socialista ter aprovado um artigo e meio...

**Deputado Francisco César (PS):** Não é mau!

**O Orador:** ... para 62 propostas, algumas delas com diversos artigos.

A revisão do estatuto da carreira docente, portanto, foi uma oportunidade perdida. Falta também na educação uma estratégia para os Açores. Assim, muito dificilmente deixaremos de ser os piores do país e dos piores da Europa...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem dito!

**O Orador:** ... em sucesso escolar.

Afinal, o povo tem razão quando diz que “remendo novo em pano velho nunca foi solução”.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, mais uma vez, votou contra a proposta de alteração do Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensino Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores, apresentada pelo Governo Regional.

Basta de experimentalismos no ensino nos Açores cuja fatura é paga por docentes, estudantes e respetivas famílias.

É só atentar para os rankings escolares nacionais, que são divulgados anualmente, para perceber que a administração regional da Educação em 20 anos de governação monopartidária socialista foi incapaz de fazer descolar as escolas açorianas do fundo das tabelas de rankings.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Paradoxalmente, os Açores teriam tudo para ocuparem lugares cimeiros nesses rankings, não fosse o audaz experimentalismo do Partido Socialista.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Assim, depois de um afastamento da estrutura da carreira regional da estrutura nacional, por mão do antigo Secretário da Educação Álamo de Meneses,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Esse carrasco da educação!

**A Oradora:** ... com prejuízo em anos de serviço para os professores envolvidos no processo de transição entre carreiras, esses docentes voltam a ser prejudicados com mais um processo de transição, não lhes sendo contabilizado todo o tempo de serviço. Para o CDS-PP, com as alterações agora votadas, os professores deveriam ter sido reposicionados na recauchutada estrutura da carreira com o seu tempo integral de serviço.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** A esta leitura, acresce o facto, que importa recordar, do recorrente anúncio do Governo Regional de que os Açores têm as suas contas públicas equilibradas.

Consideramos ter-se perdido uma oportunidade para fazer justiça.

Dar uma boa e sólida formação às gerações futuras é uma obrigação que nos cabe.

Mais uma vez, perdeu-se a oportunidade de terminar com a utilização de professores de apoio educativo como professores de substituição.

Noutra frente, embora tenha havido uma ligeira alteração, melhorando para os professores do ensino especial mas ao mesmo tempo isolando e discriminando ainda mais aos professores do pré-escolar e do 1º ciclo, mantém-se a distinção, para efeitos da redução da componente letiva, entre professores do ensino pré-escolar e do 1º ciclo e os docentes do 2º e 3º ciclos.

Por fim, mas não por último, esta legislação compila de uma assentada o pior do anterior estatuto com o pior da legislação do trabalho em funções públicas,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... relativamente aos regimes de horas extraordinárias, direito a férias, faltas, assistência à família, ou estatuto do trabalhador estudante.

Lamentando todas as oportunidades perdidas, estas são essencialmente as razões que levaram o CDS-PP a manter a sua coerência política face ao alterado estatuto da carreira docente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabamos de votar um diploma estruturante de uma classe essencial para o futuro das próximas gerações: o estatuto da carreira docente.

O PS está bastante satisfeito com essa votação, porque acabamos de aprovar a carreira docente mais valorizada do país.

*(Risos do Deputado Paulo Estêvão)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Do país e da Europa!

**A Oradora:** E quando dizemos que é a carreira docente mais valorizada do país, dizemo-lo porque consideramos que a valorização não passa apenas pela remuneração. Se é verdade que agora, até pela remuneração, temos a carreira estruturada e equiparada aos técnicos superiores, é verdade que ficaram aqui plasmados no estatuto uma série de articulados que só vêm valorizar a carreira nos Açores em relação ao restante contexto nacional.

Eu relembro apenas algumas: do reconhecimento explícito do desgaste físico e psíquico da profissão, a avaliação simplificada e que tem relevância para efeitos de concurso,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... a formação que não releva para a progressão da carreira,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... uma estrutura da carreira que, contrariamente ao que aqui se tentou branquear, é uma estrutura sem travões, feita em 10 escalões, não tem cotas, ao contrário do nacional, que tem cotas e travões no escalão 2.º e no escalão 5.º.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** É uma carreira que a formação é gratuita e em horário laboral e relembrando o caso essencial, que fica aqui plasmado, completamente diferente...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não é plasmado, é pasmados que nós ficamos!



**A Oradora:** ... do nacional, que é a questão dos rácios passarem de 25 alunos para 20 por turma.

É escusado branquear, é escusado escamotear que não é, porque é a mais valorizada, porque fica aqui o rácio de 20 alunos por turma para cálculo para efeitos de concurso dos professores, o que por si só garantirá uma maior integração de professores nos quadros das escolas da Região Autónoma. Isso é uma valorização que tem que ser realçada...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e que tem que ser aqui acentuada.

Foi dito aqui muita coisa, ao longo deste debate, e convém rebater.

**Deputado Berto Messias (PS):** Ouça! Ouça! Veja se aprende alguma coisa!

**A Oradora:** E apenas para depois ir ao encontro do que disse o Sr. Deputado Joaquim no fim da sua declaração de voto.

Vejamos. A Dra. Berta Cabral, em 2012, demarcou-se de Pedro Passos Coelho...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O que é que isso tem a ver com o assunto? Ainda vai caber aqui a desratização também! Ainda vai eletrificar as casas de ordenha!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isso é que é uma declaração de voto! Se fosse ao contrário!...

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor gosta muito de ratos!

**A Oradora:** Sra. Presidente, eu estive calada!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

*(Burburinho geral)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas o que é isso? Mas que nervosismo é esse?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É uma associação de ideias!

*(Burburinho geral)*

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É o que eu chamo uma associação de ideias!

**Deputado Berto Messias (PS):** Podemos falar de ratos também, que o senhor gosta muito de falar de ratos! Vamos a isso!

**A Oradora:** Eu dizia que a Dra. Berta Cabral...

**Deputado Berto Messias (PS):** O povo é sereno! Calma!

**Presidente:** Eu agradeço o vosso silêncio!

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtada, tenho que alertá-la que está numa declaração de voto e que, portanto, não poderá nem rebater o debate e agradeço que se mantenha na declaração de voto.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem, Sra. Presidente!

**A Oradora:** Com certeza! Eu vou acatar a sua indicação e vou apenas ao encontro do que disse o Deputado Joaquim.

O Deputado Joaquim...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Joaquim?!

**A Oradora:** Joaquim Machado. Peço desculpa! Não há muitos Joaquins deputados aqui, mas...

O Sr. Deputado Joaquim Machado, que também foi e é elemento da lista de Pedro Passos Coelho nessas eleições, acabou dizendo que, afinal, o povo tem razão. Eu não posso estar mais de acordo, Sr. Deputado. O povo tem razão e tanta razão tem que deu uma esmagadora maioria ao PS no passado dia 4 de outubro,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ao PS?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Cá, nos Açores!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Aonde?

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, o que é isto? Grande declaração de voto!

**A Oradora**: ... rebatendo, nos Açores, o que são as políticas do PSD.

Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente**: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?  
Sras. e Srs. Deputados, por favor!

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Para uma interpelação, Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 5 minutos.

**Presidente**: É regimental e regressamos daqui a 5 minutos, então.

*Eram 10 horas e 49 minutos.*

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 10 horas e 58 minutos.*

Vamos, então, continuar os nossos trabalhos.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Logo no início deste debate, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda reconheceu que tinha havido alguns avanços no que diz respeito ao estatuto da carreira docente e reconheceu também que a metodologia adotada pelo Governo de diálogo e de negociação com as estruturas representativas era de registar.

Chegados ao final deste debate e desta votação, eu gostaria de lembrar um refrão de uma canção que diz assim. “É uma pena, mas assim não vale a pena”, e vou tentar explicar a que propósito vem este refrão.

O Bloco de Esquerda apresentou 26 propostas de alteração, que versavam e versam sobre as nossas principais preocupações no que diz respeito à dignificação e ao respeito pela carreira docente na RAA, identificámos omissões graves na proposta de DLR do Governo e propusemos também alterações que, no nosso entender, visavam suprir lacunas e penalizações que permanecem neste estatuto relativamente aos docentes da região.

Por exemplo, propusemos que a aferição das necessidades permanentes fosse feita em articulação com os sindicatos; propusemos a limitação a três anos consecutivos do recurso sistemático a docentes contratados, findos os quais os docentes integrariam os quadros de escola; limitamos a cessação de contrato à obtenção da classificação de insuficiente durante dois anos seguidos, ao contrário do suficiente proposto pelo Governo; propusemos a avaliação de desempenho como não inferior a regular e que esta permitisse a progressão na carreira; nos critérios de avaliação do desempenho dos docentes, retirámos o controlo disciplinar dos alunos; salvuardamos o quadro de docente especializado, mais concretamente os professores do ensino especial; pretendemos melhorar o regime de férias, tendo em conta o desgaste profissional da atividade docente e também tentámos garantir o direito ao estatuto trabalhador/estudante em vez de o considerar um privilégio, sublinho, um privilégio, como, paradoxalmente, o Governo o faz neste diploma.

Finalmente, tentámos alargar o regime de faltas a um maior número de situações, inclusive, para que o docente ou a docente se inteire da situação educativa dos seus educandos, tal como todos os outros encarregados de educação estão obrigados moralmente a fazer. E vimos o cúmulo do Partido Socialista votar contra propostas de alguns partidos apenas porque estes visavam uma alteração da epígrafe, ou seja, do título do artigo, o que, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, é absolutamente surreal, é a vontade de chumbar porque sim, sem nenhuma justificação.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, mais palavras para quê? Os docentes e as docentes desta região e as suas estruturas representativas retirarão destas votações, sobretudo do Partido Socialista, as suas conclusões. A abstenção do Bloco de Esquerda sinaliza duas coisas: por um lado, as melhorias que são admitidas e que são inegáveis, por outro lado, a incapacidade de pegar neste diploma e, a sério e de uma maneira responsável e tendo em vista as nossas escolas, os nossos alunos e os nossos docentes, que, de facto, houvesse uma alteração substantiva e não apenas uma alteração poucozinha.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista acaba, mais uma vez, de aprovar o estatuto da carreira docente sozinho.

Noutros países, noutras democracias...

**Deputado José Ávila (PS):** Quais?

**O Orador:** ... o que é corrente em matérias como esta, matérias da educação relacionadas com o sistema educativo, tentam encontrar-se uma projeção de estratégias, de coordenar estratégias, coordenar objetivos no sentido de

melhorar e contribuir para a melhoria do sistema, e, por isso, deixa-se de ter deste setor uma visão não meramente partidária e governamental, mas ter uma visão mais alargada, que possa corresponder à pluralidade da sociedade, à pluralidade das comunidades educativas.

Mas não é este o caminho do Partido Socialista, o caminho do Partido Socialista é o célebre “orgulhosamente sós”. E, portanto, no estatuto da carreira docente estive, como sempre estive, sozinho, e este é um problema.

Bom, os senhores poderiam dizer-me, “Bem, mas isto é um setor em que o Partido Socialista, ao longo destas duas décadas em que está no poder, demonstrou uma enorme eficácia. Estamos perante um partido que não necessita de conselhos, tem tão bons resultados que não precisa de ajudas”. Mas, não. Olhamos para as estatísticas, para os resultados que nos comparam com outros sistemas educativos e observamos que o nosso sistema educativo é dos piores da Europa Ocidental.

Portanto, esta é uma área em que, ao longo de 20 anos, o Partido Socialista tem falhado de forma sistemática, tem gerido o sistema com total ineficácia, porque eu acredito que nós temos excelentes professores, temos é maus gestores públicos do sistema educativo, temos maus gestores socialistas do sistema educativo. Aí está o problema, é aí que reside o problema.

E, portanto, meus senhores, é este o Partido Socialista que não reconhece o seu falhanço, que não reconhece a sua falta de ideias em relação a esta matéria que aqui nos chega. E chega com o quê? Chega a pedir aplausos, vejam bem, para dizer que nós estamos aqui, meus senhores, senhores parlamentares da oposição, pedimos que nos aplaudam, porque, ao fim de seis anos de atraso, nós decidimos que vamos ter uma estrutura da carreira docente idêntica ou muito semelhante àquela que vigora no resto do território nacional. E, portanto, chegar com seis anos de atraso e dizer que querem aplausos é algo que não faz sentido

e, por isso, ao longo do debate, nós evidentemente que tivemos que criticar esta postura.

Depois, temos também a manutenção de velhas práticas torcionárias no âmbito da estrutura da carreira docente, na carreira docente. Por exemplo, esta prática, o professor que vai passar o fim de semana fora da sua ilha e que tem que indicar a sua morada à escola, tem que indicar para onde vai, o local, vejam bem, tem que dar uma indicação...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Isso não é verdade!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!

**O Orador:** ... dessa deslocação, tem que dar uma deslocação dessa deslocação. E, portanto, meus senhores, é evidente que isto não é uma prática que se possa enquadrar no sistema democrático.

Ou, por exemplo, a proibição dos dirigentes sindicais com reduções poderem usufruir do estatuto do trabalho de acumulação da função docente, que tem um objetivo claro, isto vem da época do Dr. Álamo Meneses, e, portanto, aqui também o que se pretende é perseguir o sindicalismo democrático na RAA. É mais uma destas práticas a que eu fazia alusão.

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar. Agradeço que sintetize.

**O Orador:** Termino já, Sra. Presidente.

Ou, por exemplo, a manutenção do retrocesso no âmbito da formação,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso também é mentira?!

**O Orador:** ... em que a formação, pura e simplesmente, está asfíxiada, e sabem porquê, meus senhores? Porque, pura e simplesmente, o Governo Regional não orçamenta verbas que permitam às escolas, e não lhes dá o apoio financeiro no sentido de poderem promover a formação. Não existe formação porque os senhores asfixiam a formação do ponto de vista...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... financeiro e esta é a verdade.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não tem nada a ver!

**O Orador:** E, para terminar, Sra. Presidente, o resto do diploma são pequenos nada, pequenas alterações do ponto de vista das designações, das diferentes instituições. E, por isso, Sra. Presidente, e termino, é evidente que este é um mau diploma, é evidente que não temos nenhum progresso com este estatuto e é evidente que é altamente condenável que o Partido Socialista e o Governo continuem a caminhar por esta senda.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

E, por último, tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na intervenção inicial que se seguiu à apresentação deste diploma pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, tive oportunidade de referir dois ou três aspetos que considerava positivos relativamente a esta iniciativa do Governo, desde logo, as questões da avaliação e a questão do referencial dos 20 alunos para a determinação de lugares do quadro. São, sem dúvida, avanços positivos e que importa também realçar, mas a verdade é que se também é verdade que o nosso estatuto, o estatuto da carreira docente na RAA tem, de facto, uma diferenciação profunda em relação ao estatuto que está em vigor no território continental, e, de facto, há um diferença muito grande, e diferenças para melhor, eu, por exemplo, diria que não há nenhum professor, na RAA, com o mesmo tempo de carreira, ou melhor, não há nenhum professor no continente que, com o mesmo tempo de carreira, ganhe tanto como ganha um professor na RAA. É evidente que isto não é uma dádiva do Governo Regional, isto resultou da luta dos professores e da luta sindical e foi uma conquista dos professores que aconteceu quando se fez a recuperação de tempo de serviço e



que permitiu isso e que no continente não se conseguiu. Portanto, também não é uma dádiva do Governo Regional nem do Partido Socialista, mas tem resultado da luta dos educadores e professores. Mas, de qualquer forma, há essas diferenças significativas. Aliás, hoje, os educadores e os professores no continente trabalham um número de horas muito para além daquilo que é aceitável. Aliás, não seria possível de outra maneira, tendo havido uma redução tão grande na contratação de docentes e manter o sistema a funcionar. Isso, é evidente que só pode redundar em mais horas de trabalho para os trabalhadores da educação.

Mas isso deixa satisfeito o Partido Socialista, mas não deixa satisfeito o PCP. E como não deixa satisfeito o PCP, o PCP apresentou 40 propostas de alteração ao estatuto da carreira docente, ao diploma que estivemos a discutir. Naturalmente, e não estávamos à espera de outra coisa, o Partido Socialista não aprovou sequer uma única proposta de alteração do PCP, e porquê? Porque, de facto, estas propostas do PCP introduziam neste diploma as alterações pelas quais os educadores e os professores anseiam, como, por exemplo, a uniformização do horário de trabalho. Como V. Exas. sabem, a partir da aprovação deste diploma, continua a haver esta discriminação: há professores cujo horário letivo, cujo horário da componente letiva são 22 horas e continua a haver professores cuja componente letiva são 25 horas, sendo que estes últimos, os que têm uma componente letiva de 25 horas, não têm, ainda por cima, não acedem à redução da componente letiva, que é garantida aos outros docentes, e muito bem, por idade e antiguidade, por tempo de serviço. Isto é, os que mais penalizados são em termos do seu horário de trabalho na componente letiva são esses que são impedidos, em nome de uma coisa que não existe, que é a monodocência pura, não existe, Sr. Secretário, e, em nome disso, em nome da mono docência, portanto, de um mito, não lhes é permitido aceder à redução da componente letiva por tempo de serviço.

Mas há outras questões, como, por exemplo,...

**Presidente:** O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Vou já terminar, Sra. Presidente.

... a insistência em, contranatura, de que o Governo Regional e o Partido Socialista acham que o sol só se põe a partir das 10 da noite. Não! O sol põe-se um bocadinho mais cedo e o trabalho noturno deveria ser, da mesma forma que há o ensino noturno a partir das 19 horas para os alunos, para os professores o horário noturno deveria ser exatamente a partir dessa hora e não das 10 horas da noite.

Vou já terminar, Sra. Presidente.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mas há outras questões, como a questão do pagamento das horas de trabalho suplementar, que o Governo Regional, como todos percebemos ao longo do debate e da apresentação das propostas, opta por penalizar os professores também em termos do pagamento de horas extraordinárias.

Mas faz ainda uma outra coisa.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termino já, Sra. Presidente.

Abre a possibilidade, e muito bem, dos professores, reconhecendo o desgaste físico e psicológico da profissão docente, da redução da componente letiva, mas, entretanto,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Que sempre existiu!

**O Orador:** ... a esses professores, depois, propõe-lhes uma coisa: mas abdicuem dela que nós pagamos por isso. E pagamos o quê? Pagamos um valor/ hora...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

**O Orador:** ... inferior ao valor/ hora do seu vencimento, e isso não é aceitável.

Portanto, aquilo que V. Exas. aprovaram aqui, hoje, não foi nada de especial, não traz nada de especial, aquilo que é essencial e que deveria marcar efetivamente a diferença do nosso estatuto em relação ao estatuto do continente ficou por fazer, que foi, como eu disse na intervenção inicial, mais uma oportunidade perdida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Nós vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas 30 minutos.

*Eram 11 horas e 17 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos, então, retomar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 11 horas e 47 minutos.*

Entrámos no ponto 3 da Agenda: Projeto de Resolução n.º 114/X – “Inventariação e proteção das relheiras dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Foi entregue e distribuído por todos uma proposta de substituição integral, é sobre esta que irá ser debatido o diploma e também será a proposta de substituição integral que será votada.

Para apresentação do projeto de resolução, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(\*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As relheiras gravadas na rocha vulcânica dos Açores são um testemunho do nosso passado rural, associadas segundo relatos históricos ao transporte de

lenha e produtos agrícolas dos matos e locais de produção agrícola em carros de bois até às povoações.

Este tipo de património que a rocha lávica açoriana persiste em preservar em outros locais do mundo, especialmente nas últimas décadas, tem atraído a atenção de arqueólogos e cientistas na tentativa de encontrarem uma explicação para os padrões observados, constituindo-se tal facto numa atratividade turística dos locais onde existem, como, por exemplo, em Chipre e Malta.

Com o projeto de resolução, que agora o CDS-PP submete à superior consideração desta Assembleia, pretende-se dar um triplo contributo ao desenvolvimento dos Açores, cultural, ambiental e turístico.

O que se coloca à consideração das Sras. e Srs. Deputados é a possibilidade de proteção de marcas do nosso passado, das quais ainda sobram vestígios importantes em várias ilhas. Estamos a falar de verdadeiros testemunhos do nosso passado que poderão ser valorizados e tornados num produto turístico distinto da nossa região, contribuindo com um novo produto que possa esbater a sazonalidade desta importante atividade económica.

Chegados aos dias de hoje em que tanto se fala de turismo sustentável e de atrações turísticas, nada como preservar o que ainda sobra dos nossos antepassados e no nosso pretérito coletivo.

Perante as diligências que aqui se recomendam executar, estamos a falar de um pequeno custo para o Governo, mas de um significativo investimento para a região, tendo em conta o possível retorno que a criação de um novo produto turístico poderá ter nas pequenas economias locais onde existam relheiras.

Este projeto de resolução é apenas, porém, o início de uma etapa. Surge da necessidade de salvaguardar o que ainda existe. Em alguma ilhas, como São Miguel e Faial, as relheiras praticamente desapareceram com a colocação dos pisos de asfalto, mas em outras, como São Jorge, Terceira e Pico, ainda é possível observar exemplos significativos destas marcas do tempo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A marca paisagística designada nos Açores como relheiras tem sido estudada em diversos pontos do globo, como, por exemplo, na ilha de Malta.

Embora as relheiras também apareçam na Áustria, Suíça, Itália, Espanha e Portugal, para além da Bolívia, em todos estes locais distinguem-se tanto pelas suas semelhanças como por características próprias.

Também é comum a polémica que levantam sobre se serão sobre um período histórico ou não; se serão caminhos para exploração de pedreiras, porque se cruzam sem aparente lógica ou utilidade, porque vão na direção do mar, porque têm só uma via. São dúvidas que assaltam as gerações mais novas de nativos, os viajantes curiosos e até mesmo a curiosidade científica em áreas como a arqueologia, a história, a antropologia, a sociologia, podendo, ainda, permitir o desenvolvimento de outras atividades como as relacionadas com o treino integrado para a ação, algo que nos dias de hoje se confina às zonas mais rurais ou até mesmo à construção e reparação de carros de bois.

Por outro lado, esta iniciativa parlamentar pretende tornar as relheiras num cartaz turístico específico da região. O primeiro passo está dado. Mas o trabalho não termina aqui. É necessário sensibilizar as populações, informá-las, dar conhecimento das mais-valias que a sua preservação pode trazer para o futuro próximo.

Também é necessário formar pessoas com informação adequada para acompanhar e cativar quem escolheu os Açores como destino turístico.

Não podemos esquecer que já muito foi perdido, como é o testemunho, o parecer dos Escoteiros de São Brás, na ilha Terceira, quando se referem ao arroteamento efetuado pelos Serviços Florestais para a plantação de criptomérias que destruiu mais de 90% das relheiras visíveis ou como em 2013, aquando das enxurradas, uma máquina dos Serviços Florestais danificou um extenso troço de relheiras.

Aliás, e por falar neles, importa aqui enaltecer o papel deste agrupamento de escoteiros que, para além de serem os pioneiros na descoberta deste percurso, são responsáveis pela sua manutenção, preservação, interpretação e investigação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ora, é precisamente para que o suposto custo do desenvolvimento não coloque em causa a preservação deste património regional que pode reverter, a curto e médio prazo, num importante produto turístico nem o destrua de forma irremediável, seja por incúria ou por desconhecimento, que o CDS-PP dá este contributo propondo que a ALRAA recomende ao Governo Regional dos Açores que inventarie nas diferentes ilhas dos Açores as relheiras existentes e a sua extensão, com vista à sua preservação e manutenção, que considere a promoção destas estruturas como elementos turísticos das diferentes ilhas no arquipélago dos Açores e que apresente, no prazo de 270 dias após a publicação da presente resolução, um relatório circunstanciado à ALRAA com os resultados da inventariação e do plano de proteção dessas estruturas, bem como o plano de calendarização e a sua promoção como elemento turístico.

Um povo sem memória é um povo sem futuro; é com a preservação da memória que queremos contribuir para o nosso futuro.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

**Deputado José Andrade (PSD):** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Como já aqui vimos, os sulcos de terra provocados pela passagem dos carros de bois que durante séculos asseguravam o transporte nas ilhas são as Relheiras

que ficaram gravadas na rocha vulcânica dos Açores como testemunho do nosso passado rural.

Nalgumas ilhas, como, por exemplo, São Miguel ou Faial, praticamente desapareceram com a asfaltagem dos caminhos de penetração.

Noutras ilhas – como Santa Maria, Terceira, Graciosa, São Jorge ou Pico – ainda subsistem mas estão vulneráveis e ameaçam desaparecer.

Por isso se justifica a inventariação e a proteção das últimas Relheiras que resistem nos Açores, como aqui propõe o Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Elas são uma herança cultural, uma marca ambiental, uma atração turística.

Elas são também uma parte integrante do nosso património coletivo.

E simbolizam, afinal, um triângulo estratégico do desenvolvimento qualitativo da Região: a Preservação do Ambiente, a Valorização da Cultura, a Promoção do Turismo.

Nesta medida, as Relheiras são um bom exemplo – mas um, entre tantos possíveis – de como se pode nos Açores promover um casamento do Ambiente e da Cultura apadrinhado pelo Turismo e pela Economia.

O objeto resolutivo da presente iniciativa parece reunir o consenso de entidades particulares e associativas, parlamentares e governativas, quanto à Inventariação e Proteção das Relheiras dos Açores.

Mas é preciso considerar, desde já, uma terceira fase desse percurso, que consiste na Classificação das Relheiras que, de entre todas, evidenciarem interesse relevante.

**Inventariação e Proteção**, sim; mas também **Classificação e Promoção**, para melhor salvaguardar e potenciar o devido valor e o possível aproveitamento.

É preciso sensibilizar a opinião pública.

E é preciso responsabilizar a administração pública!

Por muito estranho que pareça, como já aqui foi referido e vale a pena repetir, consta que os próprios serviços públicos têm sido os principais responsáveis pela destruição insensível desse património irrecuperável.

É o diligente e insuspeito Agrupamento 713 do Corpo Nacional de Escutas de São Brás, na Praia da Vitória, que denuncia e demonstra, no seu parecer à comissão parlamentar, os atentados provocados pelos serviços públicos da administração regional.

Em geral, refere que, nos últimos 20 anos, *“o arroteamento efetuado pelos serviços florestais da Ilha Terceira, para a plantação de criptomérias, destruiu mais de 90% das relheiras visíveis”*.

Em particular, acrescenta que, no ano de 2013, *“quando das enxurradas que assolaram a Ilha Terceira, ficou a descoberto no leito de uma ribeira um extenso troço de Relheiras, mas infelizmente estas foram trituradas, poucos dias depois, por uma máquina de rastos dos serviços florestais da Ilha Terceira, por desconhecimento ou negligência dos técnicos daqueles serviços”*. (Fim de citação)

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Que vergonha!

**O Orador:** Temos assim que a própria administração pública regional – neste caso os serviços florestais da Terceira e, porventura, de outras ilhas dos Açores – tem sido responsável pelo desaparecimento das Relheiras que estamos aqui a lamentar e a contrariar.

Quem devia dar o exemplo, dá o pretexto.

Que mais não fosse, já só por isso – para evitar que serviços públicos continuem a destruir o nosso património natural – teria valido a pena apresentar e aprovar esta iniciativa legislativa de inventariação e proteção.

Acresce também o parecer dos jornalistas Armando Mendes e Oriana Barcelos, coautores do livro e DVD “A Passagem das Bestas”, com a proposta concreta



de incentivos académicos a mestrados e doutoramentos capazes de construir conhecimento científico em torno do fenómeno das Relheiras dos Açores.

Tudo vale a pena quando está em causa a salvaguarda do nosso património.

Há coisas que, isoladas, parecem de somenos importância, mas que, concertadas, ajudam a construir uma identidade e um destino.

É assim que esta iniciativa faz sentido.

É por isso que o PSD vai votar a favor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não me deterei demasiado na explanação do que são estas bonitas e interessantes relheiras porque isto foi feito, e muito bem feito, na apresentação do projeto de resolução. Estamos, de facto, perante um tipo de, e eu vou citar o CDS, que não há de ser coisa frequente em mim, “património que a rocha lávica açoriana persiste em conservar”. E, portanto, estamos perante um interessantíssimo elemento do património cultural do nosso povo,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A humildade fica-lhe bem!

**A Oradora:** ... e estamos todos de acordo: importa preservarmos estes registos. Constituem, efetivamente, um legado de um interesse cultural e mesmo turístico que é inegável e que só beneficiamos em proteger e em potenciar e porque não em melhorar alguns aspetos daquilo que possa ter sido menos bem feito, mas também se não estivermos aqui para melhorar o curso das coisas, também não estamos aqui a fazer absolutamente nada.

Trata-se precisamente dos testemunhos de um modelo económico, cultural e social, como diz o Dr. Armando Mendes, que marcou os Açores, durante muitos séculos, um elemento eloquente de uma certa memória coletiva e histórica que todos temos, digamos, encrostada na nossa matéria.

Não podemos, contudo, esquecer o que neste âmbito tem sido já feito, nomeadamente ao nível do primeiro inventário do património arqueológico dos Açores, cuja criação, tendo sido iniciada nas Flores e no Corvo, está, desde 2004, a ser trabalhada pela Direção Regional da Cultura, e onde se integram, naturalmente, as relheiras.

Lembre-se, ainda, que, de acordo com o Dr. Paulo Barcelos, ouvido presencialmente em sede de Comissão, “já existem percursos pedestres que marcam a presença de algumas relheiras”.

Há que continuar, contudo, e intensificar este caminho, que já foi iniciado, que, como em qualquer outra circunstância, terá conhecido momentos mais felizes, menos felizes, há que intensificar, há que promover.

Nós estamos aqui para isso e, portanto, o Partido Socialista não só se congratula plenamente com a apresentação deste pertinente projeto de resolução, como, naturalmente, votará a favor.

**Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução do CDS, que, sumariamente, recomenda ao Governo Regional que, por um lado, inventarie nas diferentes ilhas as relheiras existentes, por outro lado, considera promoção dessas estruturas como elemento turístico das nossas diferentes ilhas na região e, finalmente, apresente a esta Casa, no prazo de 270, um relatório circunstanciado sobre os resultados da inventariação, por um lado, e, por outro lado, sobre o plano de calendarização e da sua promoção como elemento turístico, é bem-vindo e terá, obviamente, o voto favorável do Bloco de Esquerda.

Como disse o Sr. Deputado José Andrade, e bem, e o Bloco de Esquerda subscreve, estamos perante uma herança cultural, uma marca ambiental e uma atração, uma potencial atração turística que vem provar, mais uma vez, como se de provas nós precisássemos, que todos e todas nesta Casa e fora desta Casa temos o privilégio de viver numa região absolutamente exuberante do ponto de vista patrimonial, ambiental, paisagístico, cultural, humano e que é obrigatório que se impõe aos órgãos de soberania próprio, nomeadamente ao Governo Regional e também a esta Casa, a Assembleia Legislativa, que tenhamos a inteligência e a vontade política de preservar este legado, que é de todos e de todas nós, para o entregarmos melhor do que aquilo que o recebemos, e nesse legado, obviamente, incluem-se também as relheiras existentes em cada ilha dos Açores e que em bom tempo o CDS vem chamar a atenção para a sua existência e, sobretudo, para a necessidade de as preservar e de as deixar como legado às próximas gerações de todos aqueles que vierem a viver nesta região.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta proposta do Grupo Parlamentar do CDS-PP é uma proposta de grande interesse para a preservação da memória cultural na região e a valorização do nosso património cultural.

A verdade é que fica demonstrado que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista não só não fez nada em relação à proteção deste legado cultural, como até, inclusivamente, através dos seus serviços e dos serviços que dele dependem e que ele tutela, contribuiu para a destruição muito significativa deste legado cultural.

Eu acredito que, nesta matéria, este projeto de resolução tem uma preocupação evidente, bem demonstrada, bem sustentada, o que eu não acredito é que, mesmo que seja votado favoravelmente, o Partido Socialista possa fazer qualquer coisa a este respeito.

Nós temos observado, ao longo destes três anos, por parte do Governo do Partido Socialista, uma enormíssima falta de execução, não só das suas próprias propostas e iniciativas, como também uma ampla falta de execução das propostas apresentadas por outros grupos e representações parlamentares, mesmo que aprovadas neste Plenário.

Eu, por exemplo, só para dar um exemplo, não sei se se lembram daquela casa que eu cedi para que...

**Deputado Francisco César (PS):** Eu!

**O Orador:** ... pudesse fazer parte de um complexo...

Sim, eu! Não foi outro, fui eu!

... turístico e para fazer parte, na altura, para um museu, e agora, depois, mais tarde, foi integrado, e bem, por parte do Governo Regional num projeto de Eco Museu, na ilha do Corvo, isto foi no final da legislatura passada, estamos quase, estamos a caminhar para a reta final desta legislatura, a verdade é que agora o telhado já caiu e a intervenção continua por se fazer, isto ao fim de quatro anos. Portanto, é esta a projeção que eu faço em relação à execução do Partido Socialista. Tenho grandes dúvidas, mas mesmo grandes dúvidas que o Partido Socialista e o Governo possam executar, no tempo que aqui está definido pelo CDS, neste ou noutro tempo, esta observação e estas preocupações que são tão pertinentes por parte do CDS-PP. Porque a verdade é que a iniciativa é do CDS e a verdade é que esta valorização e esta observação do enorme potencial das relheiras não estava a ser feita por parte do Governo, nem sequer estava planeada. E, portanto, é uma medida cujo mérito pertence por inteiro ao CDS-PP.

Mas, do ponto de vista dos compromissos do Governo, em relação aos compromissos por parte do Governo, da execução daquilo que aqui se aprova, estamos conversados. Esta legislatura tem sido um deserto absoluto em relação à execução do que aqui é aprovado. E, portanto, meus senhores, muitas vezes, estas discussões e estes projetos, não digo muitas vezes, em grande parte dos casos, mesmo aquilo que aqui é aprovado e aqui é apresentado por parte das oposições, o que nós temos da parte do Governo Regional é uma incapacidade chocante para executar aquilo que aqui se propõe e que aqui se aprova.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez e não será a última vez que damos o nosso apoio a uma iniciativa do CDS-PP.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado! Isso é que é humildade!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Claro, é uma boa iniciativa!

*(Pausa)*

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Continue, Sr. Deputado!

**O Orador:** Não é a primeira vez nem, por certo, será a última vez que damos aqui o nosso apoio a uma iniciativa do CDS-PP. Mas esta iniciativa, até pelo seu objeto, digamos que é com um sentimento até de alegria que damos o apoio a esta iniciativa,...

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Olá! Está esticando!

**O Orador:** ... até porque quando percorro as nossas ilhas e me deparo com os atentados que foram feitos e que são feitos ao nosso património e à nossa memória é evidente que, nessa altura, sou invadido por um sentimento muito grande de tristeza.

E, portanto, quando se toma uma iniciativa como esta, que vai ser aprovada por unanimidade, eu só posso ficar satisfeito e alegre. E, portanto, darei também este voto à iniciativa do CDS, que propõe que se inventariem as relheiras dos Açores, com vista à sua preservação e manutenção e a eventual promoção destas estruturas como elemento de promoção turística associado à nossa identidade e memória coletiva.

A verdade é que este pedaço de memória coletiva que representam as relheiras, parte dessa memória está sob o asfalto eleitoral,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bem visto!

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... quer autárquico, quer regional.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, é fundamental que esses atentados cessem.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** E apesar do Governo ter 270 dias para inventariar e tomar medidas, é bom que todos nós estejamos atentos para que durante este tempo...

**Deputado André Bradford (PS):** E vigilantes!

**O Orador:** E vigilantes. Muito obrigado, Sr. Deputado!

... não se cometa mais nenhum atentado ao nosso património, designadamente a este que estamos aqui a falar.

E, portanto, esse é um apelo que deixo para todos nós, para que estejamos vigilantes para que durante estes 270 dias não haja, não aconteça, ou melhor, que mais nenhuma relheira fique sob o asfalto eleitoral.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O asfalto rosa! Está na moda!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, tem agora a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As relheiras têm a idade da história dos Açores. Elas são o resultado da prolongada dominância do setor primário na economia das nossas ilhas.

Na verdade, esses sulcos paralelos e quase intermináveis escavados na lava solidificada derivam da contínua passagem de uma diversidade de carretos puxados por carros de bois com rodados de pregadura alta cujos cravos cortavam o basalto duro até serem proibidos, no século XIX, quando ameaçaram a conservação das calçadas que se implantavam nas principais vias das cidades e de algumas vilas.

Existentes, por ventura, em todo o arquipélago, as relheiras são testemunhos da nossa história, que se constrói pela análise dos documentos escritos e pela averiguação dos vestígios materiais, como é o caso destes sulcos cavados no rochedo duro dos biscoitos.

Submergidas pelos novos pisos de asfalto, escondidas sob camadas mais ou menos espessas de entulho e destruídas por processos de arroteia, hoje, são, efetivamente, vastas as extensões de relheiras que desapareceram.

Nestas circunstâncias, para vencer a insensibilidade dos homens, de todos eles, muitas vezes siderados por progressos enganadores, impõe-se o levantamento para registo e proteção das relheiras ainda existentes.

Por tudo aquilo que se disse, admite-se a oportunidade e a pertinência do projeto de resolução do CDS-PP tendente à inventariação e à proteção das relheiras dos Açores.

Em devido tempo e em sede de Comissão de Assuntos Sociais, afirmei não possuir a Secretaria Regional da Educação e Cultura os Recursos Humanos e técnicos indispensáveis para cumprir a tarefa no curto espaço de 90 dias, mesmo que cingida à inventariação e à apresentação de um plano de salvaguarda.

Convém dizer aqui uma coisa. Nós não estamos a partir de um deserto e não vamos a caminho de um oásis, porque há trabalho feito, há levantamentos efetuados, que eu tive a possibilidade de visitar, e não apenas em São Brás, muito antes de entrar neste Governo. Mas, agora, alargado o prazo, daremos, de imediato, continuidade aos trabalhos de inventário, de registo e de salvaguarda destes vestígios do passado, que, jamais, podem ser olvidados no presente e que ficarão para o futuro como testemunhos das canseiras dos nossos antepassados, movidas por propósitos da melhoria da qualidade da vida deles próprios e por extensão também da nossa.

Muito obrigado.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:



Eu apreciei a sua intervenção, Sr. Secretário, mas eu gostava que o Sr. Secretário fosse mais explícito em relação aos compromissos que assume para executar esta medida em relação à planificação, à calendarização. É necessário que isto, este tema não termine em 15 minutos de debate, com muita poesia, mas que também tenha, obviamente, uma parte prática, uma parte em relação ao compromisso político ou assumido compromissos políticos. E o que eu gostava é que o Sr. Secretário me avançasse com alguns aspetos que terá, com certeza, planificado no âmbito da análise que fez deste assunto, que fosse mais concreto em relação à intervenção, à execução na prática deste projeto de resolução.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Educação e Cultura** *(Avelino de Meneses)*: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, a prática começa agora, ou melhor, não começa agora, na medida em que há, efetivamente, relheiras, percursos de relheiras que já foram, ao longo dos anos, recuperados, mas no que tange à intenção desta resolução, a prática vai começar naturalmente agora. Essa prática já foi necessariamente conversada com os técnicos da Direção Regional da Cultura, que não são novatos nesta matéria.

**Deputada Renata Correia Botelho** *(PS)*: Muito bem!

**O Orador:** De resto, não me parece que numa intervenção parlamentar desta natureza seja necessário dizer mais do que aquilo que foi dito,...

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Claro! Muito bem!

**O Orador:** ... que nós vamos continuar os trabalhos de inventário, de registo, de salvaguarda, obviamente que sujeitos aos termos desta resolução que será, certamente, aprovada por unanimidade.

Muito obrigado.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Peço, desde já, desculpa por alguma impertinência da minha parte ao fazer perguntas sobre a questão concreta, desde já, peço desculpa ao Governo por essa atitude, mas é a atitude que eu devo aos meus eleitores e ao povo dos Açores e a pergunta que lhe quero fazer é em relação a esta matéria, por exemplo, nas ilhas do Corvo e das Flores, o que é que já foi feito do ponto de vista da recolha de dados sobre a sua existência e a sua proteção. Portanto, especificamente nestas duas ilhas, gostava que o Sr. Secretário me avançasse com alguns dados concretos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Estão à espera de serem avisados!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais alguma inscrição.

*(Pausa)*

Se não houver mais inscrições, vamos passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem novamente a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dado o histórico, nomeadamente da Direção Regional da Cultura, eu faço aqui algumas perguntas concretas tendo em conta até por iniciativas que eu apresentei e que não foram executadas, ao longo de um ano, dois anos, três anos, quatro anos, e, portanto, obviamente que estas questões se impõem. A não resposta por parte do Sr. Secretário e do Governo Regional, para mim, foi muito esclarecedora.

Portanto, da minha parte, dou por encerrada a minha intervenção nesta temática.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Eu disse na minha intervenção que as relheiras, por ventura, seriam um património natural característico do arquipélago. Disse que seriam, eventualmente, um património cultural característico de todo o arquipélago. Poderá, efetivamente, não ser assim, e veremos se assim é ou se assim não é com a realização precisamente deste trabalho.

Relativamente às ilhas que o Sr. Deputado refere, às Flores e ao Corvo, claro que o Sr. Deputado não carece da minha resposta, o Sr. Deputado sabe, obviamente, aquilo que se passa. Não há, que nós saibamos, um registo existente da presença de relheiras, muito menos de um levantamento feito. Todavia, esta informação não será suficiente para que abandonemos o Grupo Ocidental...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Nas Flores há, e muitas!

**O Orador:** ... e a nossa investigação de terreno será realizada necessariamente em todas as ilhas.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

**Presidente:** É regimental.

Mas uma vez que nós vamos entrar no ponto, eu penso que poderemos voltar a um quarto para a uma para permitir a apresentação do diploma, considerando que a nossa Agenda, de facto, vai longa e, portanto, fazemos a apresentação do diploma e, depois, então, vamos para o almoço à uma.

Portanto, regressamos a um quarto para a uma.

*Eram 12 horas e 24 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 45 minutos.*

Entramos no ponto 4 da Agenda de trabalhos: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/X – “Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores”.

Para a apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(\*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A contratação pública tem, no nosso tempo, um papel fundamental para o desenvolvimento económico e social das sociedades nas suas mais variadas vertentes. É, pois, inequivocamente essencial que continuemos a apostar numa cultura de responsabilidade, rigor e inovação em tudo o que a este processo diz respeito.

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** No caso específico dos Açores, onde, como se sabe, questões de escala e de organização empresarial de média ou reduzida dimensão condicionam fortemente a concorrência entre agentes económico, é nosso entendimento que as regras a definir devem ser muito claras, de modo a refletirem bem aquelas que são as particularidades e as especificidades regionais.

Foi por isso que não baixamos os braços e, perante novos desafios, vistos sempre como novas oportunidades, procuramos as melhores soluções para a nossa região.

Como sabem, há todo um percurso histórico legislativo que nos fez chegar até aqui. Todos conhecemos a adaptação do código dos contratos públicos à região, através do DLR 34/2008, posteriormente alterado, em 2009, pelo DLR 15/2009/A, até que surgiram oportunidades que não podemos desperdiçar. Falo, claro está, da Diretiva 2014/24/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de

26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos que revogou a Diretiva 2010/18/CE, de 31 de março de 2004 relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviço.

Porque assumimos este dossier como uma prioridade, fomos a primeira região do país a tirar partido desta alteração da diretiva europeia e, assim,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... conseguimos incentivar ainda mais a transparência, o rigor e a dinamização do tecido empresarial regional.

Quer na área das empreitadas de obras públicas, quer na área dos serviços, o mercado da contratação pública tem uma relação profunda com o estado e a dinâmica da empregabilidade regional, por isso consideramos fundamental manter uma visão regional nas vertentes da criação e aplicabilidade das normas jurídicas, no âmbito da contratação pública, ainda que não tenhamos pretendido diminuir os princípios fundamentais da União Europeia.

Temos a clara perceção de que a nossa dispersão geográfica contribui para que existam vários pequenos mercados, onde as regras da concorrência têm, como é comumente reconhecido, um funcionamento muito diferente daquele que costuma ser frequente quer na União Europeia, quer mesmo em Portugal continental.

Entendemos, por isso, fazer uso dos nossos poderes para a transposição de diretivas para o ordenamento jurídico regional e criamos regras não diminuídas por uma visão limitativa regional, mas, sim, mais amplas no que às possibilidades diz respeito, satisfazendo as necessidades das nossas ilhas.

Rejeitamos assumir uma postura de rutura com o ordenamento jurídico nacional e estamos, isso, sim, a aproveitar a longa experiência já estabilizada da aplicação do código dos contratos públicos nos Açores, conjugado com a legislação regional e, claro está, aproveitando para inscrever no ordenamento

jurídico da região princípios e opções dessa nova diretiva para que daqui possamos tirar benefício para o desenvolvimento económico dos Açores.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Pusemos em marcha um conjunto de alterações que visam sobretudo a simplificação e a flexibilização de todos os procedimentos, garantindo uma maior objetividade a todo o processo de contratação pública, assim como a utilização desta para o nosso desenvolvimento.

Com esta oportunidade, consolidamos alguma legislação regional sobre esta matéria e baseamos as nossas opções em princípios gerais como o da transparência e celeridade processual ou ainda o impulso económico que acreditamos que pode ser transmitido às nossas pequenas e médias empresas.

Nestes princípios está incluída a decisão de reduzir o valor admitido como trabalhos a mais de 25 para 20%, em oposição à orientação nacional de 40%.

Por outro lado, inserimos pela primeira vez uma norma específica no ordenamento jurídico regional para que a revisão do projeto passe a ser obrigatória por entidade diversa do projetista, quando a obra a executar seja classificada na categoria 3 ou superior, ou seja, atendendo fundamentalmente às exigências da concessão e ao grau de complexidade do projeto.

Incluímos ainda a possibilidade de exclusão de propostas com fundamento em anteriores prestações defeituosas.

Ainda no âmbito das alterações e obedecendo a um princípio de transparência, foi por nós entendido, por exemplo, que as entidades adjudicantes devem assegurar na execução dos contratos públicos que os seus cocontratantes respeitem as normas aplicáveis em vigor em matéria ambiental, social e laboral decorrentes do direito internacional, comunitário, nacional ou regional, assim como devem garantir a inexistência de conflito de interesses numa qualquer situação em que as próprias ou terceiro que aja em seu nome participem por qualquer modo nos procedimentos de contratação pública que sejam suscetíveis

de influenciar a adjudicação e um determinado contrato público em concreto, ainda que direta ou indiretamente, em virtude de interesses de natureza económica, financeira ou pessoal.

No âmbito da celeridade processual, tão cara às nossas empresas, destaco o encurtamento de prazos para a qualificação dos concorrentes e para a apresentação de propostas, atos que não corresponderão à diminuição das garantias dos particulares, contribuindo, isso, sim, para a redução do prazo entre o início do procedimento e a respetiva concretização na contra prestação.

Conforme já vos transmiti, assume ainda particular relevância na proposta a preocupação com a realidade dos Açores, em especial com a experiência já consolidada de alguns procedimentos e soluções até hoje transitórias, nomeadamente no que se refere à redução e liberalização da caução destinada a garantir a celebração e a execução dos contratos, bem como à inexigibilidade da caução agora em todos os contratos cujo preço contratual seja inferior a 200 mil euros.

Demos também seguimento às parcerias para inovação enquanto novo procedimento, o qual propõe aliar o desenvolvimento empresarial à investigação aplicada, opção especialmente mobilizadora dos setores e centros de investigação na região, que permitirá às entidades selecionar parceiros para que estes envolvam soluções inovadoras à medida das suas necessidades.

Entendemos que deve estar contemplada a opção de repartição da prestação a contratar através de lotes, procurando-se, assim, aumentar a concorrência na contratação, facilitando, nomeadamente, a participação das PME, sem prejuízo da preocupação com a transparência dessa opção e com os limiares financeiros que para ela concorrem.

Introduzimos a rotulagem como potencial instrumento para uma decisão de contratação fundamentada em princípios da sustentabilidade social e ambiental



parametrizados nas referências internacionais que pretendem continuar a constituir o fator diferenciador da região.

Atendemos a uma das realidades mais impressionantes da região, o setor social, promovendo a oportunidade para a contratação reservada a entidades que, comprovadamente, promovam a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas.

Alargamos o leque de contratos excluídos das regras da contratação pública em linha com o previsto na nova diretiva dos contratos públicos, designadamente nos serviços jurídicos, serviços de defesa civil, proteção civil e prevenção de riscos e serviços de ambulância e de transporte de doentes.

Fixamos em 40%, o limiar do preço é normalmente baixo, para qualquer tipo de contrato, e prevemos um regime de pagamentos diretos a subcontratados do adjudicatário.

Também em matéria de caucões, está estabelecido o valor da caução, que passa a ser fixado anualmente no DLR que aprova o Orçamento da RAA, que não pode ser exigida caução nos contratos cujo preço contratual seja inferior a 200 mil euros, que o contraente público tenha a possibilidade de liberar a caução, decorrido um ano após a conclusão do contrato, ou, tratando-se de contratos de empreitada de obra pública, da receção provisória da obra.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas são as nossas opções políticas para continuar a fomentar a consolidação e dinamização do tecido económico da nossa região, assim como a sua sustentabilidade num mundo cada vez mais concorrencial.

Trazemos muitas alterações cuja aposta é simplificar e flexibilizar todos estes procedimentos.

Queremos ver fomentada a sua utilização quer na promoção do emprego, quer na defesa do ambiente e na própria inclusão social, entre outras. Para nós,

Governo dos Açores, é fundamental garantir o maior rigor na execução deste processo. Sabemos bem da sua importância para o bom desenvolvimento do nosso crescimento sustentável e inclusivo, apoiado num sentido de responsabilidade e inovação partilhada.

Este novo diploma do código da contratação pública é, assim, um instrumento, mais um, para que continuemos a trabalhar, como sempre, a favor dos Açores.

Perante os novos desafios, respondemos: presente! Tal como já o havíamos feito, por exemplo, com o lançamento da Carta Regional das Obras Públicas, outro documento inovador,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isso!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Ui! Um grande exemplo! Esse exemplo foi fabuloso!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Uma mentira política, como diz a Câmara Municipal da Povoação!

**O Orador:** ... único no contexto nacional, que apresenta, como ainda recentemente afirmei, uma taxa de execução de 87% desde a sua implementação no que diz respeito às previsões do lançamento de obras até ao final do primeiro semestre deste ano.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Este ano vai ser um tal lançar primeiras pedras!

**O Orador:** Dos 241 procedimentos que estavam previstos lançar, 210 já foram lançados, o que, julgo e reforço, é bem sintomático do esforço que tem sido feito e do contributo que o Governo dá com o lançamento destas obras para que se viva um novo fôlego no setor da construção civil.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Após a aprovação do Plano e Orçamento da Região para 2016, a Carta das Obras Públicas será objeto de revisão, porque procuramos ter uma

informação sempre mais atualizada e fidedigna a transmitir às empresas para que elas possam preparar-se melhor para os desafios que têm pela frente.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Implementamos ainda o catálogo de materiais endógenos produzidos e transformados na região, prosseguindo a promoção de uma utilização mais intensiva destes materiais e assim potenciando a dinâmica das empresas regionais através da criação de valor na fileira da construção.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Os senhores deviam ter vergonha de alguns documentos que aprovam!

**O Orador:** Procedemos também à alteração da legislação do sistema de certificação energética, que já deu entrada nesta Assembleia, para que este se identifique mais com a região e tenha em conta a nossa realidade e especificidades, potenciando uma redução de cerca de 17% no custo da construção associada ao revestimento, o que ajudará também a dinamizar a própria fileira da construção.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É e será assim que este Governo, de que me orgulho de fazer parte, vai continuar a trabalhar, imbuído deste espírito reformista e assumindo o papel que lhe cabe no caminho que nos levará...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... a alcançar os objetivos comuns de continuar a recuperar e a dinamizar o setor da construção civil no contexto da nova realidade que vivemos.

Contamos com todos neste processo de desenvolvimento dos Açores; não queremos deixar ninguém para trás e é em frente, sempre em frente, que queremos seguir, reforçando em nós esta vontade de fazer dos Açores o melhor lugar para se viver.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Considerando o nosso horário, para não interromper o debate, vamos encerrar agora para almoço, regressamos às 15 horas.

*Eram 12 horas e 58 minutos.*

**Presidente:** Muito boa tarde a todos.

*Eram 15 horas e 10 minutos.*

Feita a apresentação desta proposta de DLR, entramos agora na fase de debate, na generalidade, pelo que peço que se inscrevam.

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço que se inscrevam, uma vez que não havendo inscrições no debate na generalidade temos que votar o diploma e passar imediatamente para a especialidade.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por saudar o Governo Regional por esta iniciativa...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** É isso mesmo, Sr. Deputado. *(Risos)*

É que, até agora, tivemos apenas uma adaptação à região do código de contratação pública nacional e passamos a ter o nosso próprio código, o que julgo que é de louvar. Aliás, a opinião do PCP relativamente a estas questões é que nós devemos, a região deve utilizar as suas competências autonómicas até ao seu limite. É estatutário, temos competência para isso e, como tal, devemos utilizar essas competências. Aliás, uma das críticas que temos feito ao Governo Regional, a este e a anteriores governos regionais, é o facto de não se utilizarem todas as competências que a região tem, todas as competências autonómicas, para nos diferenciarmos e introduzirmos aqui alterações no nosso modelo de desenvolvimento que possam ter como resultado o aumento da qualidade e do bem-estar do povo açoriano.

O Governo Regional tem vindo, em alguns aspetos, a recusar a utilização das nossas competências.

Mas não é só este aspeto positivo que a Representação Parlamentar do PCP gostaria de realçar. Aliás, o Sr. Secretário Regional, na apresentação, referiu algumas, mas eu volto a referir e que relativamente às diferenças que são introduzidas, como, por exemplo, a redução do valor dos trabalhos a mais de 25 para 20%, quando no nacional é 40%, a facilidade de liberação e redução de caucões, o incentivo, ainda que genérico e não obrigatório, à divisão das contratações em lotes para facilitar o acesso às pequenas e médias empresas, a criação de um mecanismo chamado contratação reservada para permitir

contratos com entidades sem fins lucrativos, o pagamento direto aos subempreiteiros, a criação de rótulos para os produtos, a criação de um mecanismo chamado parcerias para a inovação.

Portanto, há aqui um conjunto de aspetos positivos, e, portanto, há, de facto, aqui uma diferenciação e é isto que a Representação Parlamentar do PCP quer começar por realçar nesta primeira intervenção.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Ah! Vai haver mais!

**O Orador:** (*Risos*)

O Sr. Deputado José San-Bento já tinha feito o diagnóstico da intervenção, portanto...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Quem? Quem?

**O Orador:** O Deputado José San-Bento, já tinha feito.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** A sério?!

**O Orador:** A senhora atrasou-se!

Ora bem, mas há, entretanto, aqui, alguns aspetos que nos deixam muitas reservas e que, de facto, acaba por ficar...

**Deputado José San-Bento (PS):** É para chegarmos a um acordo?

**O Orador:** Não vai ser possível.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não.

**O Orador:** Não!

E se nós estamos de acordo com estes itens, e, eventualmente, com alguns que eu não referi, a verdade é que subsiste uma regra que julgo que não devia ser regra e devia ser exceção. E porquê? Porque o que continua a ser a regra e não é exceção é significado de mau planeamento. A contratação pública não se aplica só às questões do Governo Regional, mas também à questão das autarquias e que tem a ver com os ajustes diretos, e a verdade é que relativamente a esta questão mantém-se tudo na mesma e isto o que é que provoca? Provoca, de facto, que as entidades públicas não se preocupem como se deviam preocupar

ao nível do planeamento para evitar o recurso ao ajuste direto. A verdade é que nós quando olhamos para os dados retirados do portal do Governo Regional sobre os ajustes diretos, e não são só do Governo Regional, são, como disse, também de outras entidades públicas, designadamente da...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Foi à base de dados?

**O Orador:** Fui à base, fui. Está aqui. Os ajustes diretos de 2014, e, como veem, é um volume assinalável, são 1546 ajustes diretos em 2014.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E foi um ano em que não houve eleições!! Imagine se tivesse havido!

**O Orador:** Não, a questão... Vamos lá a ver, Srs. Deputados. Vamos lá a ver uma coisa, Srs. Deputados...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E Deputadas!

**O Orador:** ... e Sras. Deputadas, não tem mal o ajuste direto, o ajuste direto só tem mal quando se transforma em regra e é sinónimo de mau planeamento. É apenas isto, não tem mal nenhum! Eu percebo a questão dos ajustes diretos, a agilização que isso dá. Oh, Sr. Deputado, agora, a questão é esta, é que neste diploma mantém-se a questão dos ajustes diretos da mesma forma, não há alteração nenhuma.

**Deputado José San-Bento (PS):** Temos propostas de alteração!

**O Orador:** E, portanto, nós temos sérias reservas relativamente a esta iniciativa, apesar de, como disse no início, considerarmos e levamos a iniciativa do Governo Regional, destacámos um conjunto de pontos que consideramos muito positivos, mas, efetivamente, temos esta crítica a fazer e esta crítica relativamente aos ajustes diretos tem a ver apenas com isto, porque isto é sinónimo de mau planeamento...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é!

**O Orador:** ... e quando se continua e não se altera nada sobre isto, continua-se a fomentar, digamos, a ausência de planeamento e a resposta...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Veja lá o que vai dizer!

**O Orador:** ... a determinadas questões que deviam estar refletidas e pensadas e não serem decisões tomadas de improviso recorrendo-se ao ajuste direto.

E, portanto, a questão é esta. Enquanto isto continuar como regra e não como exceção, nós temos sérias reservas a este diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito mansinho! Muito mansinho!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Foi! Vê lá se tens a coragem de dizer o que eu disse!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este DLR, que vem agora transpor para o enquadramento jurídico regional a Diretiva 2014/24 do Parlamento e do Conselho, introduz algumas mudanças aparentemente positivas nos procedimentos da contratação pública. A questão é que os principais problemas com as obras públicas na região não se resolvem, de facto, por decreto, se não vejamos.

Uma das propostas reconhecida como positiva é reduzir os trabalhos a mais de 25 para 20% e o Governo Regional afirma que está em condições de o poder fazer, porque os trabalhos a mais em obra, na região, rondam os 5%. Os números, aliás, atrás dos quais este Governo Regional sistematicamente se esconde, revelam uma realidade, essa, sim, importante de ser esclarecida e o Sr. Secretário Regional sabe, e se não sabe devia saber, que grande parte dos trabalhos a mais em obra são pagos, como? Diga, Sr. Deputado do PCP. Por ajuste direto. E como são pagos por ajuste direto, nem sequer são contabilizados como trabalhos a mais em obra.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não é! Que confusão!



**A Oradora:** É assim e os senhores sabem que é assim, por isso é que têm taxas de 5% de trabalhos...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Que confusão vai nessa cabeça!

*(Aparte inaudível da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)*

**A Oradora:** Podem ouvir descansados, porque se não é assim, o Governo Regional não tem nada com que se preocupar.

Na nossa opinião, e já tivemos a oportunidade de o dizer em Comissão, a única forma de nós conseguirmos reduzir as derrapagens orçamentais e, portanto, trabalhos a mais em obra, é reduzindo ao máximo, ainda em fase de projeto, dos erros e omissões, e só é possível reduzir ao máximo os erros e omissões em fase de projeto quando temos projetos de qualidade. E esses erros e omissões que vão dar origem a trabalhos a mais em obra, ao serem reduzidos ao mínimo, estamos a falar de situações de excecionalidade que só podem ser, de facto, detetadas quando o projeto já está em fase de obra.

Mas, uma vez mais, o Sr. Secretário diz que nós também não temos problemas com os erros e omissões, que a maior parte das vezes que há reclamações quanto aos erros e omissões que essas reclamações acabam por não ter fundamento e não o têm, de facto, porque uma vez mais há uma realidade por trás disso. Os empreiteiros, para ganharem tempo nos concursos públicos, fazem reclamações contra erros e omissões pura e simplesmente para parar o prazo, que é automaticamente interrompido, como um mecanismo para ganhar tempo para apresentarem as suas propostas. Mas a questão, e é esse o erro, é que quem tem que detetar os erros e omissões não são os empreiteiros, não é quem vai fazer a execução da obra que tem que olhar para o projeto e ver se ele

tem erros e omissões, quem tem que ver se o projeto tem erros e omissões é o dono da obra, que é o Governo Regional.

Portanto, a partir do momento em que o ónus da responsabilidade da deteção fique nos empreiteiros, eles deixam de interromper os prazos de candidatura, alegando que os projetos têm erros e omissões.

Mas, e uma vez mais, mais importante do que detetar os erros, é preciso evitá-los, e, para se conseguir evitar os erros e omissões, temos que garantir projetos de qualidade. E a este respeito, o CDS obviamente que vê de uma forma muito positiva o facto de se ter introduzido no artigo 3.º o número 2, que prevê a revisão obrigatória de projetos com obras classificadas da categoria 3 ou superior, portanto, obras mais complexas para evitar erros e omissões que esses projetos têm que sofrer uma revisão.

No entanto, e porque as revisões dos projetos podem ir desde uma simples verificação da presença ou omissão de determinados elementos até a uma verificação mais aprofundada, onde até podem, inclusivamente, ser questionados todos os critérios e pressupostos que foram utilizados nos cálculos feitos no projeto, é importante que as revisões dos projetos passem a ter um enquadramento legal definido em portaria. Já tivemos esta discussão antes, o Sr. Secretário diz que está tudo muito bem definidinho.

**Deputado José San-Bento (PS):** Bem definido! Definidinho, não sabemos o que é!

**A Oradora:** Eu procurei o DLR todo e não está definido em lado nenhum.

Ou seja, o âmbito, as atribuições e as competências da tal entidade terceira que vai fazer a revisão dos projetos não estão definidas em lado nenhum e isto é importantíssimo. Até que ponto uma pessoa que revê um projeto pode pôr em causa a autoria desse próprio projeto. Portanto, até onde é que vai, como é que é feito e quais são as responsabilidades, porque é um projetista, é exigido por lei

assinar um papelinho responsabilizando-se por tudo o que fez e pelas medições e orçamentações que fez.

**Deputado André Bradford (PS):** E acha mal?

**A Oradora:** Um revisor de projeto...

Não, muito bem!

**Deputado André Bradford (PS):** Mas não era assim!

**A Oradora:** Muito bem! Não, sempre foi! Todos os arquitetos, todos os projetistas têm que assinar um termo de responsabilidade.

Como é que uma pessoa ou uma entidade terceira que vai rever o trabalho desse projetista não tem responsabilidade nenhuma? Isto não é possível.

Portanto, existe um vazio legal que tem que ser preenchido e tem que ser feita uma portaria onde tudo isso fique definido.

**Deputado André Bradford (PS):** O que vale é que a senhora está aí para explicar isso tudo à gente!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Que arrogância, Sr. Deputado!

**A Oradora:** Bom, e há situações em relação a esta questão dos direitos de autor que são ainda bem mais complicadas. Por exemplo, no artigo n.º 33, em que são definidos os direitos de autor, a determinada altura, diz-se, e muito bem, que se o dono da obra quiser fazer alterações ao projeto tem que ter a permissão do projetista. Ótimo! Se o projetista não aceitar, pode dizer que já não quer assumir a paternidade daquele projeto. Muito bem! Agora, vir dizer que o Governo Regional tem razões suficientes para cessar o contrato quando, por exemplo, se detete que o projeto está desadequado tecnicamente ou que em obra, quando vão contratar um empreiteiro, dê mais 25% do custo que estava previsto, eu não percebo, porque um projetista tem que fazer um estudo prévio, tem que fazer um anteprojecto, tem que fazer um projeto, todas estas fases acompanhadas de medição e orçamentação para tramitar de uma fase para a outra o Governo Regional tem que aceitar, se a obra for complexa, ainda vai sofrer uma revisão

de projeto e, depois, em obra, os senhores acham que o projeto, afinal, está desadequado tecnicamente ou que resvala orçamentalmente na ordem dos 25% e que com base nisso vão cessar o contrato com o projetista. Isto é inadmissível. Portanto, há uma bondade neste DLR que se nós formos ler com atenção acaba por dar uma margem de manobra ao dono da obra que é...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Inadmissível!

**A Oradora:** Inadmissível.

E, em relação ao preço anormalmente baixo, que é outra das questões críticas e recorrentes nesta discussão das obras públicas, eu até percebo que a Deputada Zuraida do Bloco de Esquerda e que o PSD proponham baixar...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Bloco de Esquerda e PSD, não!

**A Oradora:** Não! A Deputada Zuraida do Bloco de Esquerda, e o PSD faz uma proposta no mesmo sentido, esclareça-se, de baixar a percentagem,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É mais Bloco de Esquerda, PS e PCP!

**A Oradora:** ... nós consideramos que, independentemente da percentagem que se aplique, o problema é sempre o mesmo que é o preço base com que o Governo Regional abre os contratos públicos. E para nós conseguirmos calcular de uma forma correta o preço base, temos que ter um projeto muito bem feito, onde é possível fazer uma medição, orçamentação realista e correta, porque se o preço base está ou excessivamente sub orçamentado ou excessivamente sub orçamentado, qual é que é a diferença de 5% nessa percentagem? É rigorosamente nenhuma e, portanto, uma vez mais, é fundamental criar mecanismos que se garanta que existam projetos de obra pública feitos com qualidade irrepreensível e que não hajam mecanismos que tentem os projetistas fazer cedências.

E, portanto, como nós já percebemos, não é por DLR que se consegue garantir a boa qualidade das obras públicas, como também não é por DLR que se evite

que o Governo Regional ande sistematicamente a adjudicar obras um cêntimo acima do preço anormalmente baixo.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Biblioteca de Angra é um bom exemplo! Mas há mais! As Portas do Mar!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Relativamente a esta proposta de DLR que assume a adaptação à região do regime jurídico dos contratos públicos, eu gostaria de começar por fazer dois comentários prévios.

O primeiro é que tendo este Governo Regional um Secretário Regional que, assumidamente, se apresenta como provedor do contribuinte, o Bloco de Esquerda tem uma curiosidade, é se esta proposta de DLR passou pelo crivo do provedor do contribuinte.

**Deputado Francisco César (PS):** Quem é o provedor do contribuinte?

**A Oradora:** É que nós temos sérias dúvidas que o provedor do contribuinte não faz a mínima ideia do que é que este projeto contém, e seria bom ter a opinião do provedor do contribuinte sobre esta matéria.

O segundo comentário prévio prende-se com a apresentação deste diploma que o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, há pouco, do púlpito, que ouvi com muita atenção, e onde fixei a ênfase que o Sr. Secretário Regional deu ao espírito reformista, quer desta proposta do Governo, quer da ação do Governo Regional, espírito reformista e, depois, na exposição de motivos do próprio diploma veio uma outra expressão, “impulso de rigor e transparência”, há aqui um ímpeto do Governo Regional, neste momento, em termos de rigor, transparência e de espírito reformista, e assustei-me, Sr. Secretário Regional,

porque eu levei quatro anos a ouvir um senhor apelidado de irrevogável a falar do espírito reformista do seu Governo, do Governo de que era Vice-Primeiro Ministro, e apanhei um susto quando o senhor dali também, enfim, enfatiza o espírito reformista do Governo Regional dos Açores.

Mas reformismo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, no nosso vocabulário, no vocabulário do Bloco de Esquerda, quer dizer evolução, reformismo é evolução. Ora, olhando com atenção para esta proposta de DLR, Sr. Secretário Regional, ela não é tão reformista, ela é assim um bocadinho mais eleitoralista (rima, mas não é a mesma coisa), porque as eleições de outubro de 2016 também são levadas em consideração...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... nesta proposta de DLR.

Eu gostaria de lembrar a esta Câmara que o Bloco de Esquerda, há mais ou menos um ano e meio, apresentou, neste Parlamento, três propostas de alteração ao código, hoje, em discussão, o código dos contratos públicos, que considerávamos, na altura, e continuamos a considerar, cruciais para combater a irresponsabilidade em matéria de obras públicas que nós consideramos que grassa na nossa região, grosso modo, aquilo a que chamamos a figura das derrapagens.

Se o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes bem se lembra, assentávamos a nossa preocupação em três, digamos, vetores fundamentais. Primeiro, o processo de conceção, ou melhor, de má conceção da obra. E deste processo de má conceção da obra derivavam, e derivam, inúmeros exemplos de irresponsabilidade, de incompetência ou, então, de jogo de interesses.

Outra das nossas preocupações era os valores anormalmente baixos das adjudicações.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Uma vergonha!

**A Oradora:** E o terceiro, que era consequência deste, eram os valores anormalmente altos dos trabalhos a mais, porque quando se começa baixinho, acaba-se altíssimo.

Ao Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados basta ler o Diário das Sessões de maio de 2014, que eu tenho aqui, aquando da discussão das propostas de alteração do Bloco de Esquerda, apresentadas, na altura, pelo meu colega Deputado Paulo Mendes, para se ter bem consciência da forma como o Governo Regional, na pessoa do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, como também o Partido Socialista, fizeram uma razia de impropérios às propostas de alteração do Bloco de Esquerda. Estão aqui e vale a pena recordá-las com todos os seus diferentes protagonistas.

Nessa altura, Sr. Secretário Regional, há cerca de um ano e meio, estava tudo bem, estava tudo certo, era tudo científico. Ah! E vivemos numa região geomorfologicamente muito complicada, que justifica todas as exceções do mundo, mesmo na mais pequena construção.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Deputada, isso não é verdade!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O Hospital da Horta!

**A Oradora:** Nessa altura, há cerca de um ano e meio, após um ano e meio, temos em mãos uma nova adaptação à região deste...

Já estou a falar alto, Sra. Presidente, é mau sinal. Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os apartes são regimentais!

**A Oradora:** São, mas quando são muito altos, não são apartes, Sr. Deputado. Não, o problema é seu, não é meu, é seu. Está enganado.

**Presidente:** Vá lá, Srs. Deputados. Mas a Sra. Deputada Zuraida Soares tem razão.

**A Oradora:** Muito obrigada.

**Presidente:** Temos que moderar o volume dos apartes.

**A Oradora:** Um ano e meio volvido, Sr. Secretário Regional, dizia eu que temos uma nova adaptação à região que é inexplicável e é inexplicável porquê? Porque se, há cerca de um ano e meio, estava tudo bem, estava tudo certo, estava tudo científico e a nossa região era especial, rara e única no contexto nacional, no que diz respeito aos contratos das obras públicas, então para que é que vem agora esta alteração? Parece um pouco a despropósito,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Porque há eleições!

**A Oradora:** ... estava tudo bem. A única coisa que, realmente, há de diferente é que, em outubro do próximo ano, temos eleições.

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é incrível!

**Deputado Luís Rendeiro (PS):** Nunca vos passaria pela cabeça tal coisa. É como o lançamento da primeira pedra de geotermia! Agora é que é!

**A Oradora:** E, portanto, voltando ao espírito reformista, para além de eleitoralista, Sr. Secretário Regional, eu chamar-lhe-ia uma prova de má consciência, porque os senhores e a maioria parlamentar que suporta este Governo cilindraram a proposta ou as propostas de alteração do Bloco de Esquerda na realidade, e fica, hoje, aqui comprovado, só por serem do Bloco de Esquerda, porque, agora que são do Governo, já são aceitáveis, boas, urgentes e necessárias. Há um ano e meio, como eram do Bloco de Esquerda, eram absolutamente execráveis...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não é verdade, mas se fosse também não havia mal nenhum!

**A Oradora:** ... e não tinham nenhum tipo de cabimento.

Quanto ao espírito reformista, Sr. Secretário Regional, estamos, portanto, conversados.

**Deputado André Bradford (PS):** Olhe que está a pôr em causa a coligação!

**A Oradora:** Já agora, adiantando serviço por manifesta falta de tempo, eu gostava de chamar-lhe a atenção para o facto deste documento, que agora temos



em mãos, esta iniciativa legislativa, vir abordar, ao de leve, levemente, permita-me dizer-lhe assim, as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, exatamente há um ano e meio. Mas isto é uma caricatura, Sr. Secretário Regional, não é o original, e, portanto, tem diversas lacunas, para não adiantar mais nada.

**Deputado André Bradford (PS):** Era igual ao do Bloco de Esquerda e agora tem lacunas?

**A Oradora:** Por exemplo, nos trabalhos a mais, o Governo Regional faz uma redução de 25% para 5%, uma coisa excepcional, extraordinária. Nem o Bloco de Esquerda na sua, como dizem os senhores, demagogia, irresponsabilidade, ignorância, nem o Bloco de Esquerda seria capaz de tanto, Sr. Secretário Regional.

E quanto à revisão dos projetos, o Sr. Secretário Regional lembra-se do que é que disse ao Deputado do Bloco de Esquerda que estava aqui? “Não, senhor!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Ainda acreditam que na República o “casamento” com o Bloco de Esquerda vai dar certo? Não acreditem!

**A Oradora:** As revisões já existiam, não eram necessárias, isso era outra loucura estratosférica do Bloco de Esquerda”. Agora, afinal, as revisões já são necessárias e bem-vindas.

No entanto, Sr. Secretário, as medidas excepcionais que o Governo Regional apresenta rimam com alçapões e rimam com ausência de critérios.

**Deputado André Bradford (PS):** Ah! Estou mais descansado!

**A Oradora:** E sobre isto falaremos na discussão da especialidade.

Mas eu vou-lhe aguçar a curiosidade e vou-lhe falar...

Sobre alçapões, cada um rima como quer, Sr. Deputado!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

**A Oradora:** Estamos num país democrático, Sr. Secretário Regional.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ainda!

**A Oradora:** Para lhe aguçar a curiosidade sobre...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, por favor! Têm que estar reunidas as condições para podermos continuar os trabalhos.

Sra. Deputada, faça favor.

**A Oradora:** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sobre alçapões e sobre ausência de critérios, eu quero apenas recordar-lhe o n.º 3 e o n.º 4 do artigo 30.º desta proposta do Governo que deixa em completo a arbitrariedade do Governo Regional a definição do conceito de simples. O que é que é simples, Sr. Secretário Regional? É aquilo que o senhor ou qualquer outro membro no seu lugar, ou qualquer membro do Governo Regional entenda.

**Deputado José San-Bento (PS):** Ele não é presidente de câmara, Sra. Deputada!

**A Oradora:** A cada um a sua simplicidade, e, portanto, critérios zero.

E este é exatamente um bom exemplo, Sr. Secretário Regional, daquilo que o Bloco de Esquerda quer dizer quando fala numa proposta...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... de DLR que é um verdadeiro conjunto de alçapões para que tudo seja possível.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra...

*(Pausa)*

... o Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vê com bons olhos este diploma consagrar em si um conjunto de legislação avulsa, por um lado, e também, por outro, permitir uma maior agilização em todo o processo burocrático, para além de integrar no ordenamento jurídico açoriano as orientações plasmadas na Diretiva Europeia 24/2014.

Os princípios fundamentais da contratação pública são o princípio da transparência, da igualdade e da concorrência,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto agora é a parte de Evangelho!

**O Orador:** ... por isso, o PSD-Açores, no que diz respeito ao enquadramento geral da contratação pública, ao nível regional, defende o enfoque entre a importância do princípio da concorrência e da igualdade de tratamento como princípio estruturante do regime jurídico em causa.

Deste modo, a concorrência surge como um instrumento ao serviço dos princípios da igualdade de oportunidade, de tratamento e de não discriminação. Estes princípios devem ser estimuladores de melhores práticas de contratação pública, originando ganhos de bem-estar, contribuindo para a melhoria da qualidade da prestação das políticas públicas, obtendo-se, assim, também ganhos de eficácia e eficiência de recursos.

Ao direito da contratação pública não cabe apenas um papel meramente passivo, de simples adaptação ao controlo económico, mas, sim, uma conduta proactiva, através da utilização dos instrumentos para mitigar alguns dos problemas criados pela crise económica.

Assim, o desafio que lhe lançamos é o de este Governo utilizar este documento não só como um conjunto de normas jurídicas, que regulam a contratação pública, mas que seja capaz de o utilizar como instrumento de política económica e social.

A contratação pública não pode ficar indiferente às alterações sociais e ao primado do desenvolvimento económico e social, conscientes ainda da importância do equilíbrio entre as preocupações sociais e as exigências impostas pelo mercado concorrencial. Com efeito, a contratação pública pode e deve ser utilizada como instrumento anticíclico na promoção de outros fins públicos.

Para além disso, Sr. Secretário, este diploma, e como já foi aqui referido, um dos pontos mais críticos é a questão de os preços anormalmente baixos. E obviamente que o diploma apresenta um valor, uma percentagem abaixo dos preços base de 40%. O PSD entende que esse valor pode pôr em causa a sobrevivência das empresas de pequena e média dimensão, privilegiando, assim, o acesso a obras de empresas de grande dimensão com escala e com grande capacidade concorrencial.

É nesse contexto também, Sr. Secretário, que esta situação poderá ter um impacto direto na empregabilidade da região e, por isso, o PSD-Açores apresenta uma proposta de alteração que diminui o valor do preço anormalmente baixo, aproxima-o do valor base do concurso.

Para além disso, Sr. Secretário, e recordando a sua intervenção, o Sr. Secretário enalteceu as enormes qualidades da CROP.

O Sr. Secretário, às vezes, parece que se esquece que esse instrumento de reanimação da economia, como V. Ex.<sup>a</sup> diz, de dinamização do setor de construção civil, um setor que perdeu mais de 13 mil empregos, nos últimos tempos, um instrumento promotor de orientação das empresas e facilitador de parcerias, como diz,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isso era a CROP, estás baralhado!

**O Orador:** ... no sentido do seu redimensionamento. Mas, recordemos.

A primeira versão da CROP...

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Deputado, a gente não está a discutir a CROP! Tenha dó! Temos audições para a semana. O Plano e Orçamento para a semana! O senhor guarde isso para a semana!

**O Orador:** Sr. Deputado, tenha calma! Inscreva-se e fale!

A primeira versão da CROP, tendo aparecido já tarde, em junho de 2013,...

**Deputado Francisco César (PS):** Oh, Sr. Deputado, não é a CROP que está em causa!

**O Orador:** ... apontava para um investimento público na ordem dos 620 milhões de euros, a realizar em 4 anos. Acontece que, em abril de 2015, Sr. Secretário, o que temos de concreto na versão da CROP, atualizada, é um valor de empreitadas concretamente realizadas de 7,8 milhões de euros e um horizonte de investimento público a realizar não já de 620 milhões de euros, mas, sim, de 560 milhões de euros a realizar também não em 4 anos, mas, sim, em 8 anos.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não falta ai um cais de cruzeiros?

**O Orador:** Esta é, infelizmente, para as empresas regionais de construção civil e para a economia regional a triste resposta que a CROP veio trazer nos últimos 3 anos a um setor em agonia e tão estruturante da nossa economia.

De resto, Sr. Secretário, o sucesso por si anunciado da execução da CROP não passa de uma mera retórica que ainda não teve consequência prática...

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, não é a CROP que está aqui em causa!

**O Orador:** ... no setor da construção civil da nossa região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Francisco César (PS):** A sua intervenção não foi sobre a CROP. Foi um flop!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Nem a minha, nem a do Sr. Secretário!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Sra. e Srs. Secretários:

Já assistimos aqui, de certa forma, a alguma discussão na especialidade, e apenas queria referir que me parece existir alguma confusão, designadamente na questão dos ajustes diretos, que são erros e omissões, preços anormalmente baixos. Portanto, há aqui, de facto, alguma confusão, mas a seu tempo teremos oportunidade de esclarecer.

A Proposta que aqui vamos analisar e votar resulta da adaptação à Região da Diretiva Comunitária 2014/24.

A experiência adquirida e as prerrogativas estatutárias e constitucionais permitiram já efetuar adaptações à realidade regional, conforme o disposto no DLR n.º 34/2008 e DLR n.º 35/2009 de 6 de Agosto.

As particularidades regionais de um mercado – como o nosso – onde a concorrência está condicionada pela pequena dimensão dos nossos agentes económicos e pelas limitações da nossa condição arquipelágica, será reconhecida por todos.

Assim, a proposta agora em análise prevê um conjunto de alterações. Desde logo, o alargamento do leque de contratos excluídos das regras da contratação pública, em linha com o previsto na nova Diretiva dos Contratos Públicos. Esta proposta cria condições para que as entidades adjudicantes optem pela divisão do contrato em lotes, o que permitirá que as nossas PME's, que são a maior parte do nosso tecido empresarial, tenham maior acesso aos diversos concursos públicos regionais. Fixa também o preço anormalmente baixo para qualquer tipo de contrato em 40%, não excluindo a hipótese de ser atribuída uma percentagem menor; e penaliza ainda, através de impedimento, os concorrentes que incorram em infrações consecutivas.

Mas, de entre as principais alterações em análise importará referir as seguintes:

- Passa a ser obrigatório rever os projetos com grau de complexidade seja igual ou superior aos da categoria III, reduzindo-se assim a margem de erros e de omissões dos projetos;
- Passa a ser possível estabelecer parcerias para a inovação, possibilitando uma melhor ligação entre os centros de investigação e as empresas;
- É introduzida a rotulagem, como um potencial instrumento para uma decisão fundamentada no ato da contratação, assentando essa decisão em princípios da sustentabilidade social e ambiental.
- Passa a ser possível recorrer a contratação reservada a entidades que operem no mercado e cujo objetivo principal seja o da promoção, integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas;

Fruto da experiência da legislação em vigor e com a finalidade de se ultrapassarem constrangimentos que tem surgido, com este documento pretende-se criar a possibilidade de realização de pagamentos diretos a subcontratantes.

Ainda dentro deste espírito, e tendo em conta as dificuldades de acesso ao crédito de muitas das nossas empresas, propõem-se que, para contratos de valor inferior a 200 mil euros, estas empresas fiquem dispensadas da apresentação de cauções e, no caso em que tal se verifique, as mesmas sejam libertadas decorrido o prazo de 1 ano sobre a conclusão do serviço. Ou, tratando-se de empreitadas, que estas cauções sejam devolvidas após a assinatura do auto de receção.

Por último e porque este é um aspeto muitas vezes abordado de forma errada, propomos a redução da alínea ‘Trabalhos a Mais’, de 25% para 20%, em contraciclo com o que acontece na União Europeia, onde esta pode atingir os 50%; e no Continente os 40%.

Por todas estas razões e porque estamos perante uma proposta que reflete a preocupação de transparência na relação entre os setores público e privado e que potencia melhores condições ao nosso tecido empresarial, contribuindo assim para a retoma económica que todos desejamos, o o GPPS vai votar favoravelmente.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Quem diria!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Não havendo inscrições, vamos, então, passar...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ele antes já falava pouco e sempre com a mesma cassete, agora já se dá ao luxo de nem sequer falar!

**Presidente:** Tem a palavra!

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Esqueci-me do microfone, Sra. Presidente.

**Presidente:** Ah, peço...

**O Orador:** Eu é que peço desculpa, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta transposição da diretiva comunitária em relação ao ordenamento jurídico da contratação pública tinha como objetivos introduzir, tendo em conta os condicionalismos específicos da RAA, nomeadamente a dispersão geográfica, a assimetria na distribuição populacional, a pequena dimensão dos mercados,



tinha como objetivo, neste contexto, aumentar a transparência, aumentar a celeridade processual e adequar esta questão à realidade específica da RAA, que eu já aqui, anteriormente, descrevi.

A verdade é que se estes são os objetivos que foram definidos e que são assumidos por parte do Governo Regional, a verdade é que esta intenção depois não se consegue consubstanciar na prática ou, pelo menos, eu não o consigo observar, de facto, a concretização deste enunciado de intenções.

Veja-se, por exemplo, em relação à questão da transparência. A transparência, a forma de atacar a transparência teria que ser através da criação de mecanismos que diminuíssem, de facto, os ajustes diretos e que objetivassem a sua utilização e a verdade é que isso não é feito.

Por outro lado, em relação aos trabalhos a mais, e aquilo que já aqui foi referido pelo Bloco de Esquerda em relação a esta questão, introduzindo este conceito de simples, de simplicidade, que é de uma subjetividade enormíssima, também em relação à questão dos trabalhos a mais, nós o que verificamos é que esta realidade é a que introduz maiores fatores de suspeita sobre a transparência efetiva de como decorre a contratação pública.

E, neste sentido, também não é introduzido nenhum mecanismo que melhore a transparência, pelo contrário, a transparência, tal como define este novo ordenamento jurídico regional, é largamente afetada com um critério da maior subjetividade.

E, portanto, nesse sentido, eu considero que se na celeridade processual é verdade que são introduzidos mecanismos que aperfeiçoam e que nos garantem uma melhoria da celeridade processual, em relação à transparência, eu penso que existe aqui um retrocesso.

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** E, portanto, este não é um objetivo atingido, este é um objetivo em que o Governo Regional...

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... chumba de facto.

E, portanto, nesta matéria, o PPM considera que o Governo Regional não apresenta a esta Assembleia a garantia, com este texto, de que atinge os objetivos a que se propôs, pelo contrário, uma parte significativa e na parte mais substancial há uma redução das garantias de transparência neste setor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que se verifica que a generalidade das bancadas encara de forma positiva o surgimento desta proposta por parte do Governo.

Ela é, certamente, muito mais do que um conjunto de normas jurídicas para regulamentar a contratação pública; ela assume-se, claramente, como um instrumento dinamizador da economia da região.

E foram aqui feitas algumas afirmações que gostaria de esclarecer.

Em relação àquilo que se disse dos ajustes diretos, em relação àquilo que se falou dos trabalhos a mais, há questões que são importantes de clarificar.

Em primeiro lugar, os ajustes diretos são algo que está claramente definido em termos de valor para se poder desenvolver e para se poder praticar ao nível...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Claro! De 75 em 75 mil, vai-se fazendo uns trabalhinhos a mais!

**O Orador:** ... da contratação pública.

E eu digo-lhe mais, Sra. Deputada Graça Silveira, quando eu tenho que utilizar um mecanismo de contratação pública em que posso usar o ajuste direto ou outro, mas que tenho garantias de que um instrumento ou outro contribui mais para a dinamização do setor da atividade económica num determinado local, eu

não hesito em escolhê-lo da forma que for mais adequada, desde que cumpra com a legislação em vigor. E dou-lhe exemplos concretos.

Em termos de obras públicas, quando eu tenho uma obra de valor que me permite praticar o ajuste direto num determinado concelho, naturalmente que eu privilegio o ajuste direto para empresas que se fixam nesse concelho. Isto não quer dizer que haja uma ilegalidade, porque o princípio da concorrência e da transparência estão sempre presentes, porque quando se pratica ou quando se utiliza o ajuste direto não quer dizer que não se convide mais do que uma entidade para apresentar proposta e que se promova a concorrência entre as várias entidades.

Em relação aos trabalhos a mais, também gostaria de dizer, nomeadamente à Sra. Deputada Zuraida Soares, que é também com alguma satisfação que se vê a evolução do Bloco de Esquerda.

Quando nós discutimos a proposta do Bloco de Esquerda, o limite para trabalhos a mais era de 5%, agora, nas suas propostas de alteração, já sobe para 10%, o que quer dizer que duplicou o valor que permite de trabalhos...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não duplicou nada!

**O Orador:** ... a mais,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Trabalhos a mais não são pagos com ajustes diretos!

**O Orador:** ... o que demonstra claramente que começa a perceber qual é o princípio dos trabalhos a mais. E a questão dos trabalhos a mais, na região, hoje, é uma falsa questão.

Sra. Deputada, se bem se lembra, quando foi da discussão, e está aí no Diário das Sessões, eu tive a oportunidade de dizer que, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas, que tinha uma validade de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, a variação que se verificava em relação aos preços de

adjudicação era de 1.54%, mas negativos, Sra. Deputada, o que quer dizer que...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Em quantas obras, Sr. Secretário? Em quantas?

**O Orador:** ... abaixo do valor que...

Em 72 milhões de euros, em 22 obras escrutinadas.

Oh, Sra. Deputada, a questão dos trabalhos a mais, hoje, na região,...

**Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** E os trabalhos adicionais?

**O Orador:** ... é claramente uma falsa questão. É claramente uma falsa questão! E aquilo que a Sra. Deputada Graça Silveira referiu de que se fugia dos trabalhos a mais com ajustes diretos,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E os trabalhos adicionais, Sr. Secretário? É outra coisa!

**O Orador:** ... oh, Sra. Deputada, o regime dos trabalhos a mais está claramente regulamentado e claramente definido.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** E os adicionais!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP)** O que é interessante é os empreiteiros que andam na praça receberem por ajuste direto!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados!

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu solicitava que a Sra. Presidente me informasse sobre o tempo que me sobra para este debate.

Obrigada.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, esgotou o seu tempo na primeira intervenção.

Sras. e Srs. Deputados, há aqui um burburinho, um ruído de fundo que me está a incomodar profundamente!

Sra. Deputada Zuraída Soares, já não dispõe de tempo, esgotou-o na primeira intervenção.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sr. Secretário, lamento, mas não lhe posso responder.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se ainda há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Deputada, ainda estamos na generalidade!

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sim, sim, mas é uma questão de generalidade que é de trabalhos a mais que estão muito bem regulamentados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só porque o Sr. Secretário respondeu que aquilo que eu tinha dito não fazia sentido nenhum, porque os trabalhos a mais estavam muito bem regulamentados. Então, eu digo-lhe o seguinte.

Aqui, no artigo 78, que se chama trabalhos a mais, no ponto 3, diz: “Não são considerados trabalhos a mais aqueles que sejam necessários ao suprimento de erros e omissões, independentemente da parte a que possa ser imputável a responsabilidade dos mesmos”.

Eu pergunto, Sr. Secretário, como é que o senhor contabiliza os erros e omissões que aparecem em obra se não são trabalhos a mais? Como é que os contabiliza, como é que os paga? Parece que provavelmente vamos ter que ter um artigo novo que é o “Derrapagem orçamental”.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Trabalhos a mais e trabalhos adicionais não são a mesma coisa!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Não havendo inscrições, vamos passar à votação. A Sra. Secretária vai apenas fazer a contagem para colocar à votação na generalidade este diploma.

*(Pausa)*

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS; 19 do PSD; 3 votos contra do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, entramos agora no debate e votação na especialidade.

Vamos começar com a votação, então, uma vez que não há inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Bruno Belo, alguma questão?

*(Pausa)*

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** É para uma interpelação para solicitar um intervalo. Chegou agora um conjunto de propostas que temos que analisar.

**Presidente:** Intervalo regimental de 30 minutos?

**O Orador:** 30 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 16 horas e 30 minutos.

*Eram 16 horas e 05 minutos.*

**Presidente:** *(Corte na gravação)* ... e a Sra. Secretária da Mesa precisa de fazer uma contagem.

*Eram 16 horas e 45 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos, então começar a votação.

Agradeço aos que estão que se sentem, por favor.

*(Pausa)*

Está à votação o artigo 1.º da proposta.

Vamos começar a votar.

Artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS; 15 do PSD; 1 do PPM; 2 votos a favor do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista também a este artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. Deputadas que votam contra façam o favor de se sentar.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Estávamos a votar a do Bloco de Esquerda ou a do PS?

**Presidente:** A do PS.

**A Oradora:** Então, eu queria pedir para votar...

**Presidente:** Para repetir a votação? Mas a do PS ou a do Bloco de Esquerda?

**A Oradora:** A do PS.



**Presidente:** A do PS.

Vamos repetir a votação, neste caso, da proposta de alteração do PS ao artigo 5.º, ao n.º 3 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 voto contra do BE.

**Presidente:** Está, então, agora à votação o artigo 5.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 6.º.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(\* **Deputado Manuel Pereira (PS):** Era para propor a votação em conjunto desde o artigo 6.º até ao 29.º.

**Presidente:** Eu pergunto à Câmara se há alguma objeção.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Da parte do PPM, até ao 28.º pode ser.

**Presidente:** Eu apenas alerto que, se o sentido de voto for o mesmo em todos os artigos... Não é! É preferível fazer artigo a artigo. Muito bem.

Vamos fazer...

Sr. Deputado Aníbal pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, se quer fazer de artigo a artigo,...

**Presidente:** A Sra. Deputada Zuraida Soares já disse que tem que ser artigo a artigo, portanto, eu tenho que respeitar.

**O Orador:** Sim, eu também não...

**Presidente:** A Câmara tem que ser unanime na forma de votar.

**O Orador:** Eu posso fazer a minha proposta, Sra. Presidente?

**Presidente:** Pode, sim senhor.

**O Orador:** Muito obrigado. Agradeço-lhe muito.

Eu, o 16.º, o 19.º, o 20.º, o 21.º, 27.º, gostaria que fossem votados separadamente.

Coincidem com os teus?

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, consegue fazer esta análise para...?

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para dizer, à partida, que o 6.º, o 7.º e o 8.º podem ser votados em conjunto. A partir daí, não.

**Presidente:** Por parte do PSD, posso votar o 6, o 7 e o 8.

Está, então, à votação, os artigos 6.º, 7.º e 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos, então, agora votar o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Artigo 10.º.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Do 10.º ao 13.º, Sra. Presidente, podem ser votados também...

**Presidente:** Portanto, do 10.º ao 13.º, não há problemas.

Estão, então, à votação os artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Do 16.º ao 19.º também.

**Presidente:** Do 16.º ao 19.º não pode ser, porque o Sr. Deputado Aníbal Pires prefere que seja separado.

Será votado em separado, então.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** 16.º e 19.º.

**Presidente:** Considerando que era apenas um conjunto de três artigos e dois têm que ser votados separados, portanto, todos serão votados em separado, como eu inicialmente tinha dito.

Artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 16.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Artigo 17.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 18.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 19.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Artigo 20.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PPM; 1 voto contra do BE; 1 do PCP.

**Presidente:** Artigo 21.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PPM; 1 voto contra do PCP; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PPM; 1 do PCP; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS; 18 do PSD; 2 votos a favor do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Coloco agora à votação a proposta de alteração também apresentada a este artigo 29.º, mas pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS; 1 do BE; 1 do PCP; 18 a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PPM.

**Presidente:** Coloco, então, agora o artigo 29.º da proposta à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 1 do PCP; 18 votos contra do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

**Presidente:** Está, então, agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco Esquerda ao artigo 30.º.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra para? Uma interpelação.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Uma interpelação, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por erro do Bloco de Esquerda, na penúltima alínea, no artigo 30.º, n.º 2, onde se lê “artigo 387.º” deve ler-se “artigo 378.º”. Portanto, foi uma troca do 7 e do 8. Está a correção feita.

Obrigada.

**Presidente:** Agradeço o esclarecimento e chamo a atenção à Comissão depois para ter em consideração na redação final.

Está, então, à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS; 19 a favor do PSD; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do CDS-PP.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ponto 3 e o ponto 4 deste artigo 30 mostram claramente a filosofia da ambiguidade que este DLR pretende introduzir ao dizer que em obras de manifesta simplicidade não são exigidos projetos. Se a obra é simples, tem um projeto de execução simples. Todos nós conhecemos obras que eram supostamente simples que se tornaram muito complicadas e com encargos elevadíssimos. E, portanto, se aquilo que nós queremos é evitar as derrapagens orçamentais, não faz sentido nenhum e ainda por cima a especificidade regional não aparece nem no CCP, nem em lado nenhum. É daquelas especificidades regionais da Via Açoriana que nós, obviamente, não podemos concordar.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, era para solicitar que, no artigo 30.º, a votação do ponto 3 fosse feita em separado, exatamente porque tem essa questão da dispensa do projeto de execução em obras públicas quando os serviços forem simples.

*(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)*

**Presidente:** Oh, Sra. Deputada!

Sr. Deputado Aníbal Pires, a minha pergunta é se é apenas na votação do artigo 30 da proposta não da proposta de alteração. A separação da votação não se refere à proposta de alteração, mas sim ao artigo da proposta.

**O Orador:** Ao artigo, exatamente.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sendo assim, Sra. Presidente, o Bloco de Esquerda solicita que sejam votados separadamente o 3 e o 4 relativamente aos outros anteriores.



**Presidente:** Da proposta.

Sr. Deputado Manuel Pereira, pediu a palavra para uma intervenção ou para uma interpelação?

(\*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Era só para dizer que, no fundo, para justificar,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Nem uma coisa nem outra!

**O Orador:** ... portanto, a questão da intervenção.

Prende-se com a intervenção da Deputada Graça Silveira, que tem a ver com o facto das obras, portanto, podem ser de valor elevado, mas ser de complexidade relativamente simples.

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** E ao contrário...

Obras. Exato. Por exemplo, em pintura de uma...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ainda é pior!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O fator preço!

**O Orador:** O fator preço não é critério, a complexidade que está definida nas categorias é que é o fator.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ainda é mais assustador!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

Está, neste momento, à votação a proposta de alteração do CDS ao artigo 30.º.

A votação em separado é apenas na votação do artigo da proposta, não em relação à proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS; 19 do PSD; 2 a favor do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** No que concerne à votação do artigo, está à votação agora o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 30.

Sra. Deputada, foi pedida a votação em separado do n.º 3 e do n.º 4, logo, posso pôr em conjunto o n.º 1 e o n.º 2, a não ser que a Sra. Deputada Graça Silveira peça que seja em separado. Naturalmente, farei separado.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, o n.º 1 é consensual, ninguém fez propostas de alteração. Os que têm propostas de alteração são o 2, o 3 e o 4. Portanto, automaticamente, a pôr o 1 e o 2 a serem votados juntos, quer dizer que quem quer aprovar o 1 tem que aprovar...

**Presidente:** Oh, Sra. Deputada, eu não estou na cabeça de cada grupo e representação parlamentar.

Foi pedido por interpelação...

A Sra. Deputada agora vai permitir que eu justifique!

... à Mesa a votação em separado de dois números deste artigo. A sua lógica é razoável, mas não me compete a mim fazer esse tipo de pensamento.

A Sra. Deputada Graça Silveira está a solicitar, então, à Mesa que também faça em separado o n.º 1 e o n.º 2.

Farei, sim senhora.

Está, então, à votação o n.º 1 do artigo 30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Número 1 do artigo 30.

**Secretária:** O número 1 do artigo 30 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está, então, agora à votação o n.º 2 do artigo 30, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O número 2 do artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 19 do PSD; 1 do PCP; 2 votos contra do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

**Presidente:** Número 3 do artigo 30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Número 3 do artigo 30.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O número 3 do artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 votos contra do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** está, então, agora, por fim, à votação o n.º 4 do artigo 30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O número 4 do artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 1 do PCP; 2 votos contra do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo CDS ao n.º 4 do artigo 31.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de eliminação anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS; 18 do PSD; 2 votos a favor do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está, então, agora à votação o artigo 31 da proposta.

Sr. Deputado Aníbal Pires?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 1 do BE; 1 do PCP; 2 votos contra do CDS-PP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 32 da proposta.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma intervenção? Interpelação.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Interpelação solicitando que o ponto 1 do artigo 32.º seja votado em separado.

**Presidente:** Mais alguma indicação para este artigo?

Está, então, à votação o n.º 1 do artigo 32.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O n.º 1 do artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Coloco, então, agora à votação os restantes números do artigo 32.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os números do artigo anunciado foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 33.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS; 18 do PSD; 1 a favor do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do CDS-PP.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS a este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 33 com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 34 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 35.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 36.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 37.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. Deputadas que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 19 do PSD; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do CDS-PP; 1 do BE.

**Presidente:** Artigo 38.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 39.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Nós acabámos de votar o 39. Quer que repita a votação, Sra. Deputada? Não é preciso? De certeza?

Há alguma possibilidade de se colocar alguma votação em conjunto alguns dos números, uma vez que temos agora, pelo menos, até ao 45 sem propostas de alteração?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** 44 à parte!

**Presidente:** À parte.

Mais alguma indicação para além desta do CDS-PP que quer o?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** 41 à parte!

**Presidente:** O 41 à parte.

Então, eu vou colocar à votação os artigos 40, 42 e 43.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está, então, agora à votação o artigo 41 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 44 da proposta.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma intervenção? Interpelação?

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Interpelação à Mesa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de perguntar à Mesa o que é que estamos na realidade aqui a votar, porque o n.º 2 diz que “não é aplicável ao ajuste direto para a formação de contratos de aquisição de serviços no disposto no n.º 4 do artigo 20 do CCP”, do Código de Contratos Públicos, que já foi revogado.

**Presidente:** Sim.

**A Oradora:** Eu posso fazer chegar à Mesa. Ele está aqui a definir o ponto 2 como é que deve ser feito em função do que se passa, do que está disposto no n.º 4 do artigo 20 quando o n.º 4 do artigo 20 já não existe, já foi revogado, já não faz parte do novo Código de Contratação Pública. Eu posso fazer chegar à Mesa o artigo 20 com o n.º 4 revogado.

**Deputado André Bradford (PS):** E a senhora guardou isso para agora ou já tinha isso preparado?

**Presidente:** Sra. Deputada...

**A Oradora:** Mas queria que eu fizesse o quê?

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo! A Sra. Deputada Graça Silveira está a fazer uma interpelação à Mesa.

Sra. Deputada, eu agradeço o seu esclarecimento, deixo a nota à Comissão, nomeadamente ao relator, que terá que apontar essa situação para verificar se, em sede de redação final, naturalmente, poderão ou não corrigir a redação.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas estamos a votar uma coisa em que isso consta aqui. Portanto, como é que em sede de redação final vamos fazer uma alteração a uma coisa que acabámos de votar?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tem toda a razão! Bem apanhado!

**Presidente:** Sra. Deputada, como compreende, eu, neste momento, não tenho forma de lhe responder, porque teria que fazer uma análise jurídica à proposta.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O Governo é que tem que responder!

**Presidente:** De qualquer forma, parece-me que, a não ser que o CDS entenda que não é possível fazer essa votação e fazemos agora um pequeno intervalo para esclarecer.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O Governo tem que esclarecer!

**Presidente:** Sra. Deputada, há muitas questões que depois em sede de redação final, aliás, vimos isso no Estatuto, são totalmente possíveis de ultrapassar.

Eu, neste momento, não tenho mais esclarecimentos para fazer, portanto, pergunto se podemos continuar a votação.

**Deputado André Bradford (PS):** Eu não acredito que tenha levantado a questão e não queira agora resolvê-la!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu acho que a questão...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para?

**Presidente:** Uma interpelação?



**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu acho que a questão levantada pela Sra. Deputada exige uma resposta por parte do Governo. Não é à Sra. Presidente que cabe responder, é, obviamente, ao Governo Regional.

Portanto, é isso que nós aguardamos nesta Câmara.

**Presidente:** Sr. Deputado, a interpelação foi feita à Mesa. Nós, neste momento, estamos em sede de votação e, para a questão da votação, eu parece-me que esta é uma questão que poderia ser tratada mais tarde. Perguntei se podíamos votar, naturalmente se algum partido entender que não se deve fazer de imediato a votação, fazemos um pequeno intervalo e esclarecemos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma intervenção, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Em relação a esta matéria, peço um esclarecimento por parte do Governo Regional. Solicito.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Está cá o Governo para esclarecer. Se é preciso um intervalo, faça-se um intervalo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** De 15 minutos? 30 minutos.

É regimental. Regressamos às 10 para as 6.

*Eram 17 horas e 22 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas.*

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos, nomeadamente as votações deste diploma.

*(Pausa)*

Nós estávamos a fazer a votação do artigo 44.

*(Pausa)*

Penso que estamos em condições de votar.

*(Pausa)*

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

**(\*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para, em nome do Governo, e naquilo que é o diploma que saiu do Governo, pedir desculpa à Câmara, porque, efetivamente, este é um lapso. O n.º 4, se não me falha a memória, do artigo 20, já está revogado e, portanto, fica, em nome do Governo, o pedido de desculpas à Câmara pelo facto do diploma ter chegado a esta Assembleia com esta falha.

É certo que daí para cá houve também um conjunto de procedimentos que poderiam ter detetado, acontece, pelo menos, da nossa parte isso acontece, julgo que há algumas formas de resolver o assunto, ou através da redação ou através de uma proposta de alteração,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para o petróleo também devia ter sido detetado!

**O Orador:** ... se considerarem que isso é necessário, mas, neste caso, o Governo não tem possibilidade de apresentar propostas de alteração.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente, mas parece-me claramente, aliás, como eu já tinha, pelo menos, por uma análise superficial,....

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não tinha nada!

**Presidente:** ... informado o Plenário de que esta era uma questão que a Comissão, em sede de redação final, poderia sanar, tal como, aliás, aconteceu, ontem, na proposta do estatuto da carreira docente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não pode!

**Presidente:** Ontem, relativamente ao estatuto da carreira docente, foi feita uma interpelação à Mesa, por parte da Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, precisamente para dar conta de uma remissão...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não. Foi uma correção de pormenor, não foi ao artigo!

**Presidente:** Exatamente! Aquela indicação...

Sra. Deputada Graça Silveira, aquela remissão que era feita, ontem, naquele específico artigo do estatuto, tinha um erro e eu pedi à Comissão que o corrigisse em sede de redação final; hoje, essa remissão é exatamente nas mesmas condições, portanto, para além do n.º 4 do artigo 20, há uma série de remissões do código e, como tal, em sede de redação final, parece-me

perfeitamente possível corrigir, como, aliás, ontem, foi consensualizado aqui pelo Plenário.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Por que é que é o Deputado Berto Messias?

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Apenas para...

**Presidente:** O Sr. Deputado Berto Messias já se tinha inscrito, depois inscreveu-se o Sr. Deputado Artur Lima...

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não vamos criar...

O Sr. Deputado Berto Messias, estava eu a iniciar o meu esclarecimento, já tinha pedido a palavra. Depois pediu o Sr. Deputado Artur Lima, depois o Sr. Deputado Paulo Estêvão e depois a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para uma interpelação, e tendo em conta as dúvidas que existem, é certo que a Sra. Presidente já manifestou uma forma que nos parece correta de sanar esta questão, mas, se for entendimento de todos que é necessário apresentar uma proposta de alteração, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista....

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não pode!

**O Orador:** ... apresenta essa proposta, havendo acordo de todos, podemos fazê-lo e a questão fica resolvida e, desse ponto de vista, não surgirá qualquer tipo de dúvidas.

Portanto, havendo o acordo de todos os partidos, nós apresentaremos a proposta de alteração para que tudo fique resolvido.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** A não ser que não queiram!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar e elogiar a postura humilde e respeitosa do Sr. Presidente do Governo, reconhecendo aqui um erro, que fica bem e eu reconheço isso.

Pelo contrário, Sra. Presidente, não posso entender a sua insistência em querer, em sede de redação final, resolver uma coisa que não pode...

Está a mandar-me calar?

**Presidente:** Não, não! Estava só a dizer que era só retirar o artigo! Não fiz qualquer comentário, Sr. Deputado. Está no uso da palavra.

**O Orador:** O que eu entendo é que, nós entendemos é que não se pode, num assunto destes, em sede de redação final, resolver o assunto. Há algumas maneiras de resolver o assunto e o Sr. Deputado Berto Messias estava aqui a falar na apresentação de uma proposta, durante o debate na especialidade, eu devo lembrar que a prática nunca foi esta e que a este Grupo Parlamentar já foi negado...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** ... apresentar, durante a especialidade, propostas, porque devem entrar até ao fim do debate na generalidade. A regra, embora não escrita, tem sido sempre esta e, portanto, as coisas são como são, não é admissível agora uma proposta, ou, então, faz regra que, daqui para a frente, todos nós, independentemente da vontade de todos, porque isto não depende da vontade das maiorias, depende de uma regra, que se respeita e que é democrática, não é

agora, no Plenário que vem, eu precisar de fazer uma alteração e o PS entender que eu não a faço.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, eu acho que, acrescentando ao Sr. Presidente do Governo, é uma maneira de resolver o assunto, que é o diploma baixar novamente à Comissão. Não vejo outra.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

(\*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer aqui um ponto de ordem e, naturalmente, está aqui o Sr. Presidente da Comissão e também o Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, para que isto fique bem esclarecido.

Ontem, a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado fez uma interpelação à Mesa dando conta de que tinha sido (eu peço a vossa atenção para que isto fique bem esclarecido), de que havia um erro numa remissão de um artigo que remetia para um diploma já revogado. Isso foi dito numa interpelação, e eu, porque basta retirar aquela remissão, disse que a Comissão dos Assuntos Sociais, em sede de redação final, faria essa respetiva correção. Neste caso em particular, o que diz o artigo, remete para o n.º 4 do artigo 20, remete para o artigo 27 e para mais um artigo. Acontece que o n.º 4 do artigo 20 está revogado, logo, tendo a mesma solução para o problema de ontem, parece-me que, simplesmente, em sede de redação final, é possível retirar a menção a esse número e a esse artigo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não!

**A Oradora:** Para além de que, se forem ler a redação deste artigo, o que diz é que “não é aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 20”, no outro do artigo 27, etc., etc.. Ora, não é aplicável, neste caso em particular, uma norma que está revogada que, por si só, não é aplicável.

**Deputado Francisco César (PS):** Claro!

**A Oradora:** Portanto, parece-me que esta é uma remissão errada, e que fique claro, a remissão é, de facto, formalmente errada, porque remete para um número que já foi revogado, mas nós não estaremos aqui a aprovar, nem a Comissão estará a fazer uma interpretação errada da nossa aprovação se retirar a referência a este número deste artigo, porque ele, por si, já está revogado. Portanto, nunca seria aplicável uma norma que já está revogada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Então, não repararam que estava revogado?

**A Oradora:** E eu só quero apenas, apelando, naturalmente, ao bom senso e à boa continuidade dos trabalhos, que esta mesma questão, ontem, foi aceite por todos e remetida para sede de redação final.

Detetado um erro, que é um lapso, que é remeter um artigo para uma norma já revogada, diferente seria se agora quiséssemos substituir o n.º 4 do artigo 20 por um número qualquer de outro artigo qualquer, mas não é isso que está aqui a dizer. Apenas estamos a dizer que, estando a norma revogada, é apenas retirar esta menção em sede de redação final.

Ontem, esta questão foi colocada ao Plenário e não foi colocada nenhuma objecção. Parece-me que para questões iguais as soluções também deveriam ser iguais.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a mim sempre me ensinaram que beber em vinho e comer em uvas é uma coisa completamente impossível, e nem mesmo esta Assembleia o consegue.

Vamos lá a ver. Foi reconhecido aqui, identificado pela Deputada Graça Silveira, um erro e foi reconhecido pelo Governo Regional, na pessoa do seu

Presidente, de que esse erro existia e que seria corrigido. Como é que pode ser corrigido?

O Governo não pode apresentar uma proposta, não pode nem deve,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Grande lição!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Faça como o diploma do petróleo!

**A Oradora:** ... de alteração, neste momento, porque as propostas de alteração devem ser entregues até ao final da discussão na generalidade, portanto, não o pode fazer. Se não o pode fazer, só há duas coisas possíveis: ou, na realidade, o diploma descer novamente à Comissão...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Essa não pode!

**A Oradora:** ... ou, pura e simplesmente, com o bom senso da explicação da Sra. Presidente, nós aceitarmos que esta parte será retirada e depois, quando confirmarmos e retermos novamente a redação final, teremos oportunidade de concluir se, afinal, o erro foi corrigido ou não foi corrigido. Acho que isto é simples.

Por outro lado, retirar o diploma, neste momento, Sra. Presidente, estamos aqui há 1 hora a votar parte do diploma, temos passado os dias praticamente deste Plenário nisto, vamos retirar agora um diploma por uma situação que é corrigível, que é identificável a sua correção por todos os Deputados e Deputadas? Um bocadinho de bom senso de nós todos, Sras. e Srs. Deputados! Muito obrigada.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Foi uma pena não terem no Governo lá de fora!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:



A Representação Parlamentar do PCP considera...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Aníbal Pires está no uso da palavra!

**O Orador:** A Representação Parlamentar do PCP considera, relativamente a este assunto, o seguinte.

Não é a primeira vez que detetamos erros e que são corrigidos na redação final. O desejável é que não aconteça, que não tivesse acontecido e que não volte a acontecer, mas estamos sujeitos, todos, todos estamos sujeitos a isso, a trazer aqui diplomas com alguns erros.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Uns podem corrigi-los, outros nem por isso!

**O Orador:** E todos já o fizemos.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, um bocadinho de silêncio!

**O Orador:** E todos já o fizemos. Aliás, com menos ou menor gravidade, já, hoje, aconteceu na discussão deste diploma, numa proposta do Bloco de Esquerda! Já, hoje, e aceitámos! E aceitámos!

Portanto, eu não vejo qual é o problema de nós aceitarmos aqui, hoje. Se o Governo não tivesse admitido que tinha havido um erro, que tinha havido um lapso, mas, quer dizer, estamos todos de acordo relativamente ao assunto.

Portanto, não me parece, ou melhor, parece-me que a decisão que a Sra. Presidente colocou à Câmara deve ser aceite por nós. Pelo menos, pela Representação Parlamentar do PCP vai ser aceite. Aliás, nós até vamos votar contra o artigo, mas isso é outra questão. Agora, tenhamos bom senso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Devíamos ter sempre bom senso!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E temos!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O bom senso...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, apelo à vossa moderação!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**O Orador:** O bom senso tem de ser universal, não pode ser para os mais fortes. Não se pode aplicar o bom senso só quando é a maioria que falha, porque, aqui, no início desta semana, impediu-se uma interpelação parlamentar sem nenhum bom senso. E, portanto, em relação a esta matéria, é bom...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** V. Ex.<sup>a</sup> falhou!

**O Orador:** ... que não seja aplicado o bom senso sempre que é o mais forte que está a ser prejudicado.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E em relação a respeitar os erros, todos respeitamos os erros uns dos outros, mas eu lembro-me bem das constantes alusões à questão do petróleo por parte do PS...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Exatamente!

**Deputado Francisco César (PS):** Não tem nada a ver!

**O Orador:** ... em relação à bancada do PSD.

E, portanto, nesse sentido, meus senhores, esse tipo de situações...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... só doem quando é connosco próprios.

Agora, o que eu acho é que a Sra. Presidente tem aqui um erro de interpretação, que é o seguinte.

Diz a Sra. Presidente, “Bom, não há problema, porque vejam bem o que lá está escrito. Não é aplicável o ajuste direto,...

**Deputado Francisco César (PS):** É uma coisa que não existe!

**O Orador:** ... para a formação dos contratos de aquisição do serviço o disposto no n.º 4, não é aplicável”, o que significa que não é aplicável no caso de se tratar de contratos de aquisição de planos, de projetos, ou de...

**Presidente:** A norma já foi revogada, Sr. Deputado!

**O Orador:** Ou seja,...

**Presidente:** Essa norma já está revogada, Sr. Deputado!

**O Orador:** Posso terminar? Posso terminar?

Diz a Sra. Presidente: “Não faz mal, porque isso é não aplicável”. Mas ao não ser aplicável,...

**Presidente:** Mas é porque a norma já foi revogada, Sr. Deputado!

**O Orador:** Oh, Sra. Presidente, não me pode interromper durante a minha intervenção.

**Presidente:** Peço desculpa! Peço desculpa!

**O Orador:** Portanto, deixe-me desenvolver o argumento.

O argumento não colhe, porque diz a senhora, “Não é aplicável”. Se deixa de ser, se não é aplicável e se é retirada esta norma, passa a ser aplicável (passa a ser aplicável!). E, portanto, altera substancialmente o texto.

Diz-me a Sra. Presidente, em relação, esta matéria corrige-se, depois, na redação final. Mas é substancialmente diferente, porque nós já tivemos aqui problemas graves com a redação final. Qual é o problema da redação final? É que não é sufragada democraticamente e eu não quero esta questão resolvida no gabinete, eu quero esta questão resolvida no Plenário e, por isso, evidentemente, eu considero que a única opção é retirar o diploma. O Governo retira.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Isso não é verdade o que o senhor acabou de dizer!

**Presidente:** Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu já afirmei aqui que o diploma deu entrada nesta Assembleia com a referência a uma norma que, há data em que o diploma foi aprovado e há data em que o diploma deu entrada nesta Casa, já se encontrava revogada. Isto é um erro.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não é bem assim! Depende da revogação que foi feita!

**Deputado José Ávila (PS):** O especialista!

**O Orador:** Não é um erro de opção, ao contrário do que diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque esteja a referência a esta norma neste diploma ou não esteja a referência a esta norma neste diploma, o efeito prático é exatamente igual, porque a norma já está revogada. Mas a razão pela qual eu faço esta intervenção é apenas para, em relação a esta discussão, dar por finda a participação do Governo.

O diploma deu entrada com erro, sobre este erro o Governo já apresentou o seu pedido de desculpas, o diploma seguiu o seu trajeto na Comissão Parlamentar Permanente respetiva, não foi detetado, como também não foi detetado no Governo, e, portanto, desse ponto de vista, não há absolutamente qualquer juízo de censura e isso que fique perfeitamente claro. Esta Assembleia tem forma de resolver este assunto com este diploma seguindo o seu trajeto, porque a norma a que se refere é inexistente. Não é dizer que nós queríamos remeter para a alínea a) que está em vigor, e, afinal, o que remetemos foi para a alínea b) e que é um erro e que, portanto... Não, não existe sequer...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não é bem assim!

**O Orador:** ... a remissão. Não existe sequer a remissão!

E, portanto, esta Assembleia tem maneira de resolver o assunto. O Governo não retira o diploma e, portanto, a partir daqui, Sras. e Srs. Deputados, o assunto está, como sempre esteve, aliás, nas vossas mãos.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu peço aos Líderes o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Interrupção dos trabalhos para Conferência de Líderes)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, depois desta pequena Conferência de Líderes, penso que estamos agora em condições de continuar a nossa votação, sendo claro, e aqui peço novamente à Comissão de Política Geral e nomeadamente ao seu relator, que, naturalmente, tem a responsabilidade depois de plasmar no diploma todas as alterações que foram aqui aprovadas, o cuidado de que a referência ao n.º 4 do artigo 20 deve ser retirada nesta remissão, portanto, no artigo 44.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra. Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este episódio demonstra, uma vez mais, que há sempre erros e que é possível a uma Assembleia democrática resolvê-los com tolerância e bom senso, verdadeiro espírito democrático. E é por isso, e tendo em conta as afirmações do Sr. Presidente e a humildade que o Sr. Presidente aqui demonstrou que, da nossa parte, vamos viabilizar esta solução, porque nós consideramos que o bom senso deve imperar sempre, sempre em todas as situações. E, portanto, na nossa opinião, na nossa perspetiva, este deve ser o comportamento adequado.

E, portanto, da parte da Representação Parlamentar do PPM, vamos aderir à interpretação de V. Ex.<sup>a</sup> com o bom senso que nos caracteriza e que nem sempre caracteriza os outros intervenientes.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado António Marinho, para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A posição do PSD vai no mesmo sentido do que acabou de ser referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. E, aliás, que há bocado tinha lembrado um episódio aqui ocorrido, há algum tempo, há uns dois ou três anos, não sei precisar agora exatamente, em que, efetivamente, o tal bom senso que falava o Deputado Paulo Estêvão agora não existiu da parte de outros. Bom, cada um age como é a sua matriz. A nossa matriz é sempre agir segundo bom senso e é, naturalmente, viabilizar tudo aquilo que possa concorrer em favor dos açorianos, independentemente de estarmos aqui tentando obter dividendos políticos mais ou menos fortes de determinadas situações e de erros que, naturalmente, todos cometemos.

Vamos, portanto, aceitar a sugestão feita por V. Ex.<sup>a</sup>.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação?

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sim, senhora, Sra. Presidente. Aliás, na sequência da minha primeira interpelação, em que reconheci a humildade do Sr. Presidente do Governo em reconhecer o erro, como todos nós temos, e, efetivamente, eu espero é que esse bom senso, quando for no sentido contrário, também se aplique, porque como bem lembrou o Deputado António Marinho, há dois ou três anos, e também bem mais recente, da parte daquela bancada da maioria, não houve bom senso em algumas situações, sobretudo quando era para fazer algum número de interesse político.

Nós, o Sr. Presidente do Governo reconheceu o erro, entende que o Governo necessita deste diploma, entendemos que a última explicação da Sra. Presidente,

que devia ter sido talvez dada pela bancada do Partido Socialista, que faz sentido e, portanto, nós não nos opomos a que se continue a votação e depois, em sede de redação final, a coisa seja absolutamente corrigida.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

**Deputado Berto Messias (PS):** Isto é um momento zen! Juntaram-se para fazer um momento zen!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é a vossa arrogância!

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas qual arrogância? Eu pedi um intervalo regimental! O senhor nem estava na sala!

**Presidente:** Vamos, então, passar à votação.

Vamos votar, Srs. Deputados.

Está à votação o artigo 44.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Artigo 44.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 45.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 18 do PSD; 1 voto a favor do BE; 3 abstenções do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 45 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 contra do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 46. Peço desculpa, a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 46.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 18 do PSD; 3 a favor do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 46 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 1 voto contra do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP.

**Presidente:** Pergunto à Câmara se entre o artigo 47 e o 53 podemos fazer alguma votação em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.



**Presidente:** Pergunto novamente à Câmara se entre o artigo 54 e 65 há alguma objeção que se faça a votação em conjunto. Entre o 54 e o 65.

Alguma objeção? Não havendo, estão à votação conjunta estes artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Pergunto novamente à Câmara se entre o 66 e o 75 se pode fazer votação conjunta.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** 74 à parte!

**Presidente:** 74 à parte?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** 75 à parte!

**Presidente:** O 74 e o 75 à parte.

Mais alguma indicação?

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Relativamente ao 74, só necessitava que fosse votado à parte o n.º 11.

**Presidente:** Muito bem.

Sendo assim, vamos votar, então, os artigos 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Estão agora à votação todos os números do artigo 74 à exceção do n.º 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** Os números do artigo anunciado foram aprovados com 28 votos a favor do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação o n.º 11...

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma intervenção? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para justificar o voto contra o ponto 11.

Embora ele abra a possibilidade de pagamentos diretos aos subempreiteiros, o que nos parece positivo, o que já não nos parece positivo é o facto da discricionariade e arbitrariedade que fica em poder do Governo. E, portanto, é exatamente por isso, porque se concordamos com o princípio, já não concordamos com o facto de ficar à arbitrariedade do Governo a possibilidade dos pagamentos diretos aos subempreiteiros.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim, vamos votar o n.º 11 do artigo 74.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O n.º 11 do artigo 74 foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 75.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PPM; 1 voto contra do PCP; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Diga Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu solicitava a repetição desta última votação.

**Presidente:** Do 75?

**O Orador:** Sim.

**Presidente:** Não precisa separar por números, posso votar...

**O Orador:** Sim.

**Presidente:** Vamos, então, repetir a votação do artigo 75.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 76.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 76 com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS ao artigo 77.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 77 com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vou colocar agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 78.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 do PSD; 2 a favor do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 78.

Sr. Deputado Bruno Belo, para uma intervenção? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era só para solicitar que o Partido Socialista nos pudesse elucidar melhor o n.º 2 do artigo 78, porque nós temos algumas dúvidas interpretativas sobre o alcance desta norma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(\*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Eu peço desculpa, mas não estou a perceber qual é a dúvida do Sr. Deputado.

Importa-se de clarificar melhor?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Manuel Pereira, comparar o artigo da proposta inicial e a proposta de alteração do Partido Socialista, tem aqui uma ligeira diferença e nós não conseguimos perceber com que objetivo é que esta norma foi alterada e na matéria em que foi alterada.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Governo não fala, mas manda falar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(\*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Portanto, tem a ver com a questão do trabalho, do valor do contrato inicial. Se houver alterações, é sempre sobre o valor do trabalho inicial, sem o IVA, como é óbvio. Portanto, é sobre o valor do contrato, percebeu?

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Eu percebi, o senhor é que não percebeu!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor percebeu ou não percebeu!?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

*(Risos da Câmara)*

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para ajudar a clarificar, que eu julgo que não há dúvida nenhuma, a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista é clara quando identifica que os trabalhos a mais...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD)**: A gente já vai explicar o que os senhores não perceberam!

**O Orador**: ... nunca podem ultrapassar os 20%, podem é ser 5 mais 5 mais 5 mais 5 mais. O somatório desses trabalhos a mais nunca poderá ultrapassar os 20%.

**Deputado Bruno Belo (PSD)**: E os trabalhos a menos?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Espere aí! O senhor conseguiu multiplicar por 20!

**O Orador**: É só isso que pode haver, como todos devem saber, várias ações de trabalhos a mais numa empreitada só, não há só o exercício de trabalhos a mais uma única vez. Pode haver mais do que uma vez. Pode ser 5 mais 5 mais 5 até fazer os 20 no total e é isso que está aqui em causa. Diz só que “os trabalhos a mais quando se verifique o preço atribuído a esses trabalhos somado aos preços de anteriores trabalhos a mais nunca exceda os 20%”. Eu acho que isto é evidente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: O Governo pode explicar!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Não pode! Já disse que não falava mais!

**O Orador**: Não! Eu só li o que está na proposta, Sr. Deputado. O senhor normalmente complica na área do direito.

**Presidente**: Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, antes de lhe dar a palavra, só confirmar aqui junto do Sr. Secretário se ainda há tempos para todos.

Temos tempos.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra, então.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu só queria saber como é que os senhores descontam os trabalhos a menos, ou seja, neste momento, os trabalhos a mais só podem atingir 20%, mas não são subtraídos os trabalhos a menos.

Era só para me explicar onde é que entra a dedução dos trabalhos a menos.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não entra! Aí é que está!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Sr. Deputado Miguel Costa ainda não recebeu a proposta de alteração!

**Presidente:** Pergunte se há alguma inscrição.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É que esta proposta do PS é pior do que a proposta original do Governo!

*(Pausa)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**Deputado André Bradford (PS):** A gente tem uma regra que é: a gente soma os trabalhos a mais e o senhor subtrai os trabalhos a menos!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu sei que estes dias têm sido cansativos para todos, mas nós também já estamos a acabar, a acabar, não é bem assim, mas já fizemos a parte mais difícil, pelo menos.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não havendo, vamos votar esta proposta de alteração.

Julgo não haver. Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 19 contra do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo...

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PCP vai votar contra, e claramente contra, o artigo 78.º, que é isso que vamos votar a seguir, porque, reconhecendo ainda, aliás, como fiz na intervenção inicial, o esforço para reduzir de 25 para 25% os trabalhos a mais, a verdade é que, digamos, o Governo Regional acaba por deixar em aberto sempre outras possibilidades, porque até permitem trabalhos a mais nos ajustes diretos e, como tal, nós não podemos, até em coerência com aquilo que dissemos inicialmente, votar favoravelmente este artigo do diploma que o Governo nos trouxe aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos, então, votar o artigo 78 da proposta com a alteração que aprovamos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É o 78 com a alteração que aprovamos do PS.

*(Pausa)*

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.



**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 contra do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Vamos continuar as votações.

A primeira proposta de alteração a ser votada é a do Bloco de Esquerda ao artigo 79.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 do PSD; 2 a favor do CDS-PP; 1 do BE; 1 abstenção do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista a este mesmo artigo, nomeadamente ao seu n.º 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de eliminação foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 79 da proposta com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Eu pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 80, 81 e 82.

Sr. Deputado Aníbal...

Ah, pois! Querendo algum em separado?

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Queria solicitar não só os artigos em separado, como do 81, o n.º 2, e do 83 o ponto n.º 3.

**Presidente:** Do 82, o n.º3!

**O Orador:** Sim desculpe. Do 82, o n.º 3, sim.

**Presidente:** Muito bem.

Então, vamos votar separadamente.

Mais alguma indicação para a votação? Não.

Vamos votar, então, o artigo 80.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vou colocar agora à votação os n.ºs 1 e 3 do artigo 81.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os n.ºs 1 e 3 do artigo 81 foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação o n.º 2 do artigo 81.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O n.º 2 do artigo 81 foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 82.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo anunciado foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação o n.º 3 do artigo 82.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O n.º 3 do artigo 82 foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, foi detetado aqui um erro na votação e eu, quando fiz a votação da proposta de alteração do PS ao artigo 79, como se recordam, referi apenas a proposta de eliminação ao n.º 5, mas havia também uma proposta de alteração ao n.º 2. Portanto, eu terei que repetir a votação deste artigo, nomeadamente a proposta de alteração do PS completa e depois o artigo com alteração, caso seja aprovada.

Portanto, está à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 79, nomeadamente a alteração ao seu n.º 2 e a proposta de eliminação do seu n.º 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Peço desculpa, mas tem que se sentar.

Sr. Deputado Bruno Belo, há pouco, eu, quando votei a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 79, referi, e foi apenas o que foi votado, a proposta de eliminação do n.º 5, mas esta proposta de alteração incluía também uma alteração ao n.º 2. Portanto, o que estamos a fazer agora, portanto, a proposta de alteração do Bloco de Esquerda foi rejeitada, essa questão não se coloca, estou a colocar à votação toda a proposta de alteração do PS, ou seja, a alteração ao n.º 2 e a eliminação do n.º 5 e é isso que está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** E agora, sim, o artigo 79 com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Muito bem.

Vamos, então, continuar. Tínhamos concluído a votação do artigo 82, portanto, vamos agora votar a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 83.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao 83.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos a favor do PS; 18 a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 83 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do CDS-PP; 1 do BE.

**Presidente:** Pergunto à Câmara se entre os artigos 84 e 88 os posso colocar à votação conjunta.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, solicito que os artigos 84 e 85 sejam votados em separado!

**Presidente:** 84 e 85.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Subscrevo.

**Presidente:** Mais alguma indicação? Sr. Deputado Paulo Estêvão?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A mesma coisa!

**Presidente:** Igual.

Muito bem.

Então, vamos votar, em primeiro lugar, o artigo 84.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 contra do PCP; 1 abstenção do BE; 1 do PPM.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 85.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Estão agora, então, à votação, por consenso do Plenário, os artigos 86, 87 e 88.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 89.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 abstenção do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 89 com a alteração aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estou a votar o artigo 89 com a alteração aprovada, do PS.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 90.

Antes de colocar à votação o artigo 90, perguntava se há alguma possibilidade de colocarmos à votação conjunta do 90 ao 95.

Não havendo oposição, irei colocar à votação conjunta os artigos do 90 ao 95.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Pergunto igualmente à Câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 96 e 97.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, eu solicitava a votação separada dos artigos 96 e 97, só os artigos.

**Presidente:** Separado a 96 do 97.

Está, então, à votação o artigo 96 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 97.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 97.

Peço desculpa. O que está agora à votação é a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 98.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Presidente:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Sr. Deputado, Aníbal Pires, pediu a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Prescindo, Sra. Presidente.

**Presidente:** Vamos, então, continuar com as votações, nomeadamente o artigo 98 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É o 98 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Posso repetir a votação, Sr. Deputado, se quiser.

Quer que repita a votação?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não, não!

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 1 do PCP; 18 contra do PSD; 3 abstenções do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

**Presidente:** Pergunto agora se posso colocar à votação conjunta os artigos 99, 100, 101 e 102.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu solicito que o artigo 101 seja votado de forma separada.

**Presidente:** Pergunto se há mais alguma indicação.

Não havendo, vamos votar em conjunto os artigos 99, 100 e 102.

O 99 também tem que ser separado?

**Deputada Zuriada Soares (BE):** Não, Não. O 102 é, sim!

**Presidente:** O 102 também separado.

Então, está à votação os artigos 99 e 100.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está, agora, à votação o artigo 101.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.



O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 102.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração do PSD ao artigo 103.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 103 da proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração do PS ao artigo 104.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Está, então, agora à votação o artigo 104 com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Era o artigo 104 com a alteração introduzida.

É melhor repetir a votação.

Portanto, está, então, à votação o artigo 104 com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao anexo I.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação o anexo com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O anexo foi aprovado por unanimidade.

**Presente:** Está agora à votação a proposta de alteração também do PS ao anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação, então, o anexo II com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O anexo II foi aprovado por unanimidade.

**Presente:** E por último, a proposta de alteração do PS ao anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** E o anexo II está agora à votação com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O anexo II foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora, para terminar esta votação, à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Votação final global. A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 17 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Muito bem. Encerrámos, assim, o nosso ponto 4 da Agenda.

Sra. Deputada, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra este diploma,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E bem!

**A Oradora:** ... porque os problemas essenciais colocados por nós, há cerca de um ano e meio, na busca de um rigor e de uma transparência superior e também na salvaguarda dos dinheiros públicos, mantêm-se neste diploma.

Registamos que perante as reiteradas críticas e sucessivas propostas de alteração do Bloco de Esquerda, o Governo Regional e o Partido Socialista, apercebendo-se da justeza e seriedade na nossa postura, sentiram a necessidade de uma maquilhagem, pouco mais do que formal, dos aspetos mais gravosos do anterior diploma.

São três os pecados originais. Primeiro, o processo de concessão da obra; segundo, os preços anormalmente baixos; terceiro, os trabalhos a mais anormalmente altos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Apesar dos retoques, mantêm-se, no essencial, estes três pecados originais, e de tal forma é assim, Sras. e Srs. Deputados, que o atual diploma, para além dos três pecados originais, contém alçapões e arbitrariedades que são só compatíveis com a falta de rigor das obras públicas. Aliás, não é evidentemente por acaso que a própria bancada do Partido Socialista se sentiu na obrigação *in extremis* de vir burilar algumas das disposições mais gritantemente visíveis no próprio diploma.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Para pior!

**A Oradora:** Concluindo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, o impulso reformista do Governo Regional tem que ter uma motivação suplementar.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos vários artigos deste DLR, introduz-se uma ambiguidade que não se compagina com a objetividade e rigor que exige a um documento que pretende regular a contratação pública na região.

Esta proposta de DLR não cria mecanismos legais que permitam evitar o aumento de erros e omissões, as derrapagens orçamentais, não cria mecanismos legais que garantam projetos de qualidade e, conseqüentemente, que seja possível calcular de forma rigorosa e realista o preço de base definido pelo Governo na abertura dos concursos públicos. Ao contrário, introduz especificidades regionais bem ao estilo da Via Açoriana socialista que permitem ao Governo Regional as engenharias não de obra, mas financeiras...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... a que nós assistimos frequentemente nas obras públicas regionais e que, além de prejudicarem os empresários do setor, em nada beneficiam a economia regional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD esteve de boa-fé ao analisar este diploma.

**Deputado José San-Bento (PS):** E os outros não estão!

**O Orador:** Na generalidade, concordamos com ele tal qual ele nos foi apresentado, tal qual ele foi analisado, objeto de parecer das várias entidades que sobre ele se pronunciaram.

Por um lado, podemos entender que poderá ter sido um lapso, impreparação ou até alguma maldade.

Não podemos aceitar que no decurso da discussão em Plenário sejam introduzidas pelo PS alterações que modificam de forma profunda o diploma original.

Perguntamos ao PS o que pretendia com as alterações, não foram capazes de nos dar explicações claras e convincentes, enredaram-se nas explicações dadas. Face a este comportamento censurável de se mudar aqui, à pressa, sem explicações credíveis, este diploma, somos obrigados a alterar a nossa posição. Alterar à pressa, à última hora, não é aceitável e para isso não estamos disponíveis.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que nós acabamos de aprovar de contratação pública é uma proposta inovadora e ambiciosa e é uma proposta que esteve...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É uma questão de trabalhos a mais e de trabalhos a menos!

**O Orador:** ... em análise na Comissão, mereceu vários pareceres, mas, como é óbvio e como acontece, foi também sujeita a várias alterações, introduzindo-se modificações ao diploma que foram aqui debatidas e discutidas nos termos que recentemente nós encerramos.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Nos termos que não souberam explicar: trabalhos a mais; trabalhos a menos!

**O Orador:** Se há algum aspeto que possa não ter ficado absolutamente clarificado, pois era nessa altura da especialidade que nós poderíamos ter feito essa análise.

É uma resposta, e, portanto, o que eu queria deixar aqui bem claro é que este código tem três características da maior importância: apresenta transparência na gestão da relação entre o setor público e os privados.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Até o José Contente foi-se embora!

**O Orador:** E nós não estamos só a falar do Governo, estamos a falar de empresas públicas, de entidades públicas, de Câmaras Municipais, etc..

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Exatamente, de toda a gente!

**O Orador:** Em segundo lugar, introduz rigor nos procedimentos, ao contrário do que foi aqui dito, é um diploma que introduz várias inovações e muitas melhorias no apuramento desse rigor.

E, em terceiro lugar, tem um efeito na dinamização da nossa economia, não só porque considera a nossa realidade arquipelágica, como também tem em conta o tecido empresarial ligado à construção civil. O diploma tem a ver com a contratação pública, mas aqui frisando particularmente esse setor, um setor que está de volta e um setor que está em franca recuperação e que vai continuar a ser um dinamizador do emprego na região.

E queria, como exemplo dessas questões que nos levaram a apoiar e a votar a favor deste diploma, deixar aqui algumas notas.

Em primeiro lugar, aquilo que são as melhorias ao nível dos preços anormalmente baixos e que permitirá uma gestão diferente das empreitadas. Aquilo que diz respeito aos trabalhos a mais, e aqui é bom que se diga, o diploma integra novidades e não são aquelas que o Bloco de Esquerda apresentou aqui, há um ano e meio.

Em terceiro lugar, tem uma preocupação ao nível de revisões de projetos, o que permite, Sra. Deputada Graça Silveira, precisamente aquilo que a senhora disse que não alcançava, ou seja, a correção ao nível dos erros e de omissões é uma enorme melhoria, não é uma melhoria, é uma enorme melhoria...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Aonde?

**O Orador:** ... que a região passará a contar.

Ao nível também das cauções, aquilo que é feito, isentando cauções em obras até 200 mil euros e havendo uma alteração desses prazos da própria libertação dessas cauções, isso é da maior importância para o nosso tecido empresarial e também para a dinamização da nossa economia.

Um quinto aspeto que nós também queremos justificar, as parcerias para a inovação, que são da maior importância, e que passou aqui em claro.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é verdade!

**O Orador:** Nós temos capacidade, nos Açores, é bom que se diga, de acolher essas inovações, não só do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista metodológico, do ponto de vista do planeamento, que trarão uma grande melhoria e uma maior competitividade às nossas empresas e também aquilo que tem a ver com a contratação dividida por lotes, porque também permitirá outros níveis de concorrência e de participação do nosso tecido empresarial regional. E isso são medidas muito positivas, medidas que significam que o Governo trouxe aqui a este Parlamento uma proposta muito boa, uma proposta muito positiva, com muitos aspetos inovadores e ambiciosos e por isso mesmo o PS, com muito orgulho, votou a favor desta proposta.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As obras públicas são um elemento de dinamização da economia regional da maior importância. Uma região como a nossa, que, ao longo dos últimos três



anos, tem conhecido uma desaceleração muito significativa do investimento público, nomeadamente se considerarmos e fizermos a análise à parte executada dos orçamentos e dos planos regionais, nós podemos ter a absoluta certeza que este tem sido um setor que tem funcionado com uma desaceleração grave que teve um impacto enorme no crescimento do desemprego também na região.

Eu percebo que o Governo agora, em ano eleitoral, se prepara para ter uma iniciativa, uma nova iniciativa e um esforço redobrado, só que este esforço suplementar é um esforço que não corresponde a um ciclo económico, às necessidades económicas, corresponde a um ciclo eleitoral. Esse é um erro recorrente, aliás, não só deste Governo, mas de muitos governos e de todos os governos que o antecederam.

Nós consideramos é que neste novo ciclo que se abre agora, não pelas razões corretas, porque são razões de índole eleitoral, era importante que o regime da contratação pública fosse absolutamente transparente. O crescimento económico também se faz sobre regras claras, transparentes, em que todos percebam que estamos numa economia de mercado que não sofre a intrusão por parte do Estado, neste caso, da região, do ponto de vista daqueles que são mais competitivos e daqueles que possuem a maior qualidade.

E a verdade é que em diversos aspetos da legislação que agora foi provada existe um défice muito grande do ponto de vista da transparência e do ponto de vista da objetividade do texto que foi aprovado, que permite, como aqui já foi dito por anteriores grupos parlamentares, uma enorme arbitrariedade.

E, neste sentido, nós consideramos que a questão dos preços anormalmente baixos fica por resolver e é, de facto, mais um elemento que introduz pouca transparência no sistema, a questão das derrapagens continua. O Governo e o Partido Socialista podiam ter sido, podiam ter optado por muito maior rigor nesta matéria, o que se vê é que deixam uma margem muito grande para que continuem a ocorrer derrapagens na nossa região e também a questão dos

ajustes diretos, que continuam e que são uma praga da economia regional e desta matéria do ponto de vista específico, do ponto de vista da contratação pública.

E, portanto, são estes os diversos aspetos que não foram melhorados, era um grande desafio, uma grande oportunidade para o Governo Regional mudar o paradigma de, de facto, dar total credibilidade a estes processos e a verdade é que é mais uma vez uma oportunidade perdida. E, por isso, como tem acontecido ao longo desta semana, o Partido Socialista volta a votar sozinho uma legislação de enorme importância, mas da qual sai isolado, completamente isolado...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem! Isso mesmo!

**O Orador:** ... no âmbito da sociedade açoriana. E essa é uma percepção que se começa a repetir. O Partido Socialista não tem qualquer capacidade, neste momento, de conseguir a adesão de outros grupos da sociedade açoriana e muito menos de outras áreas políticas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto fundamenta-se no essencial, nas questões que coloquei na intervenção inicial deste debate.

De facto, há aqui algumas novidades, há o uso da competência autonómica, mas o Governo Regional acaba por cair num pecado original que tem a ver com o facto de, relativamente aos ajustes diretos, deixar tudo na mesma.

E, como eu disse também na intervenção inicial, a questão dos ajustes diretos, se eu percebo que agilizam, mas a verdade é que também levam a que a

administração regional e a administração autárquica não planeiem convenientemente.

E, portanto, o PCP não podia, reconhecendo mérito, desde logo, político da iniciativa, e reconhecendo outros méritos, mas a verdade é que não podia dar o seu aval, o seu acordo, o seu voto favorável a esta iniciativa exatamente pelas questões que enunciei e que se prendem, no essencial, com a questão dos ajustes diretos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (PCP):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** Considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 30 minutos.*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**

**Humberto Trindade Borges de Melo**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

(\*) Texto não revisto pelo orador

**A redatora:** *Sónia Nunes*